



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL**

LUCAS RAMON PORTO DE ASSIS

**O CÓLERA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: EFEITOS SOCIAIS,
CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS (1855-1863)**

**CAMPINA GRANDE - PB
2024**

LUCAS RAMON PORTO DE ASSIS

**O CÓLERA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: EFEITOS SOCIAIS,
CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS (1855-1863)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local.

Linha de pesquisa: Espaços, cultura e socialidades.

Orientador: Prof. Dr. Juvandi de Souza Santos

**CAMPINA GRANDE - PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A848c Assis, Lucas Ramon Porto de.
O Cólera na Província da Parahyba do Norte [manuscrito]
: efeitos sociais, consequências econômicas / Lucas Ramon
Porto de Assis. - 2024.

33 p.

Digitado. Monografia (Especialização em Estudos de
História Local, Sociedade, Educação e Cultura) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, 2024. "Orientação : Prof. Dr. Juvandi
de Souza Santos, Coordenação do Curso de História -
CEDUC. "

1. Cólera. 2. Parahyba do Norte. 3. Sociedade. 4.
Economia. I. Título

21. ed. CDD 907.2

LUCAS RAMON PORTO DE ASSIS

**O CÓLERA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: EFEITOS SOCIAIS,
CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS (1855-1863)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local.

Linha de pesquisa: Espaços, cultura e sociabilidades.

Aprovado em: 06/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juvandi de Souza Santos (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
gov.br MANOEL ODORICO DE MORAES FILHO
Data: 11/11/2024 10:11:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Juvandi de S. Santos
Prof. Dr. Manoel Odorico de Moraes Filho (Examinador externo)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Documento assinado digitalmente
gov.br THUCA KERCIA MORAIS DE LIMA
Data: 12/11/2024 15:17:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Thuca Kércia Morais
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*À memória de Sua Majestade Imperial D.
Pedro II.*

«As leis econômicas são rigorosas na sua essência, e tanto se aplicam ao indivíduo ou família, como no município, província ou nação, quer esta se componha de milhões, quer de milhares de habitantes».

Doutor Liberato de Castro Carreira (1889).

SUMÁRIO

1.0. INTRODUÇÃO.....	7
2.0. O CÓLERA MANIFESTA-SE NA PARAHYBA DO NORTE (1856-1862)	9
3.0. ECONOMIA E FINANÇAS EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA	16
4.0. OS ANOS DE CARESTIA: CONTEXTO GERAL.....	27
5.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

O CÓLERA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: EFEITOS SOCIAIS, CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS (1855-1863)

CHOLERA IN THE PROVINCE OF PARAHYBA DO NORTE: SOCIAL EFFECTS, ECONOMIC CONSEQUENCES (1855-1863)

Lucas Ramon Porto de Assis*
Juvandi de Souza Santos**

RESUMO

O artigo investiga o impacto social e econômico do Cólera na Província da Parahyba do Norte durante o período de 1855 a 1863. Concentra-se nas duas grandes afetações (1856 e 1862), analisando como a doença afetou a população e forçou as autoridades do governo local e os agentes econômicos a se reorganizarem. O objetivo do estudo é entender as repercussões dessas manifestações de Cólera nas economia e finanças provinciais e no sistema de saúde pública, portanto. A pesquisa destaca como essa crise de saúde se entrelaçou com o cenário econômico mais amplo do Brasil na época, com foco particular nas indústrias de açúcar e algodão. Usando uma abordagem quantitativa, de história conjuntural (Mauro, 1972), com método analítico de fontes de natureza serial, a pesquisa é embasada em documentos como os Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte, do Ministério do Império e da Fazenda, dados econômicos e registros de saúde pública. O esforço investigativo situa as epidemias de Cólera dentro de uma narrativa mais ampla de transformação econômica, ilustrando como a Província mudou seu foco de produção para atividades mais lucrativas, como o cultivo de açúcar e algodão, em detrimento daquelas de subsistência. Essa mudança foi motivada pela escassez de mão de obra devido às altas taxas de mortalidade, especialmente entre populações escravizadas, e às pressões econômicas gerais da época, contribuindo, também, para o contexto de carestia que se faria presente na Província ainda em 1855. Embora a moléstia tenha devastado a população, matando mais de 25.000 pessoas durante a primeira manifestação, ela não levou a um colapso econômico ou uma crise financeira, como se poderia supor. Em vez disso, catalisou um período de reestruturação econômica, com a Província experimentando crescimento em seu setor de agroexportação. Apesar dessa alta mortalidade, autoridades locais e produtores se adaptaram, levando a uma melhora relativa nas finanças provinciais e à pujança econômica, dentro dos limites do setor primário. A segunda manifestação de Cólera em 1862, ainda que menos grave, também resultou em mais reformas de saúde pública e ajustes econômicos contínuos, particularmente na regulamentação da infraestrutura de saúde pública. O estudo conclui que a epidemia de Cólera, embora um desastre humano e de saúde pública de curto prazo, teve implicações econômicas e sociais de longa duração para a Província da Parahyba do Norte, nem tão negativas quanto suposto.

Palavras-Chave: Cólera; Parahyba do Norte; sociedade; economia.

RÉSUMÉ

L'article présente l'impact social et économique du choléra dans la Province de Parahyba do Norte entre 1855 et 1863. Il se concentre sur les deux épidémies majeures (1856 et 1862), en analysant comment la maladie a affecté la population et a demandé aux autorités locales et

* Graduado em História (UPEB), graduando em Letras Língua Portuguesa e Francesa (UFCEG). Correio eletrônico: lucasramonporto@gmail.com.

** Doutor em História e Arqueologia (PUCRS). Correio eletrônico: juvandi@terra.com.br.

aux agents économiques à se réorganiser. L'objectif du travail est de comprendre les répercussions de ces épidémies de Choléra sur l'économie et les finances provinciales et donc sur le système de santé publique. L'étude met en évidence la façon dont cette crise sanitaire s'est étroitement liée au scénario économique plus large du Brésil de l'époque, avec un accent particulier sur les industries du sucre et du coton. Utilisant une approche quantitative, de l'histoire conjoncturelle (Mauro, 1972), avec une méthode analytique de sources sérielles, la recherche s'appuie sur des documents tels que les Rapports des Présidents de Parahyba do Norte, du Ministère de l'Empire et des Finances, des données économiques et dossiers de santé publique. L'effort d'enquête place les épidémies de Choléra dans un récit plus large de transformation économique, illustrant comment la Province a déplacé son attention de la production vers des activités plus rentables, telles que la culture du sucre et du coton, au détriment des activités de subsistance. Ce changement a été motivé par la rareté de la main d'œuvre due aux taux de mortalité élevés, notamment parmi les populations esclaves, et aux pressions économiques générales de l'époque, contribuant également au contexte de famine qui serait présent dans la Province à partir de 1855. Bien que la maladie ait dévasté la population, tuant plus de 25 000 personnes lors de la première épidémie, elle n'a pas conduit à un effondrement économique ou à une crise financière, comme on pourrait le supposer. Au lieu de cela, ce phénomène a catalysé une période de restructuration économique, la Province connaissant une croissance de son secteur agro-exportateur. Malgré cette mortalité élevée, les autorités locales et les producteurs se sont adaptés, conduisant à une relative amélioration des finances provinciales et de la solidité économique, dans les limites du secteur primaire. La deuxième épidémie de Choléra en 1862, bien que moins grave, a également entraîné de nouvelles réformes de santé publique et des ajustements économiques continus, en particulier dans la réglementation des infrastructures de santé publique. L'étude conclut que l'épidémie de choléra, bien qu'elle constitue un désastre de santé humaine et publique à court terme, a eu des implications économiques et sociales à long terme pour la Province de Parahyba do Norte, mais pas aussi négatives qu'on le pensait.

Mots-clés : Choléra ; Parahyba do Norte; société; économie.

1.0. INTRODUÇÃO

Ainda recém-saída do período pandêmico de Coronavírus, a sociedade brasileira recupera-se dos danosos efeitos desse mal, os quais se fizeram sentir em múltiplos aspectos da vida de cada indivíduo. É fato que, para além dos sofrimentos de foro íntimo, a ordem coletiva foi deveras alterada pela dispersão da COVID-19 (doença causada pelo referido vírus) por todo o país, e pelo mundo, e tal processo verificou-se, por exemplo, quando as relações sociais reorganizaram-se de forma consequente: porque recomendado o distanciamento social em larga e abrangente escalas — nalguns lugares com proibição da circulação não essencial de pessoas nas ruas —, as interações entre os indivíduos reduziram-se ao universo virtual, a modalidade de trabalho remoto tornou-se regra geral e, em consequente, aos setores da economia foi imposta a premente necessidade de adaptação, a fim de que a sobrevivência da própria Nação fosse garantida. A lógica de funcionamento do mundo capitalista contemporâneo, entre os anos de 2021 e 2022, portanto, foi orientada por um fenômeno de curta duração, mas de consequências gravosas e longevas. Eis o que se denominou «novo normal».

Ressalvadas as proporções devidas, mais de um século e meio antes da pandemia de COVID-19, outro grave atentado à saúde pública nacional (e global) dispersou-se por boa parte do território do Brasil: o Cólera, causado pela «[...] ação da toxina liberada por dois sorogrupos específicos da bactéria *Vibrio cholerae* (sorogrupos O1 e O139)» (Brasil, 2024?, s/p). A doença configura-se enquanto uma infecção intestinal aguda, transmitida principalmente por meio do consumo de água ou alimentos contaminados com fezes de

peças infectadas; é comum em sítios de saneamento precário e falta de acesso a água potável. Seus sintomas principais incluem diarreia intensa e aquosa, vômitos e câibras abdominais, levando rapidamente à desidratação severa. Sem tratamento, esta desidratação pode evoluir para choque e morte em poucas horas (Brasil, 2024?). Em se considerando esse mal, conforme propõe-se demonstrar e confirmar nesta pesquisa ora apresentada, não terá incorrido em exageros retóricos o senhor Ministro de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz¹ ao afirmar, em relatório dirigido à egrégia Assembleia Geral, «ter o flagelo do *Cholera morbus*, na maior parte das províncias, interrompido por muito tempo os hábitos ordinários da população, absorvendo toda a sua atenção e cuidado [...]» (Brasil, 1858: 41).

Isso posto, neste trabalho, especificadamente, o esforço analítico empreendido limitou-se a uma das Províncias do Estado Brasileiro referenciada pelo Ministro: a Parahyba do Norte, onde o Cólera fez-se sentir em duas ocasiões: no anos de 1856 e 1862, com diferentes graus de afetação e gravidade. Nesse primeiro período, a epidemia da doença, além de haver imposto à população e ao governo reorganizarem-se para com aquela nova realidade melhor lidar, coincidiu (e contribuiu, naturalmente) com o ápice de um processo de elevação de preços dos gêneros alimentícios básicos por todo o Império (Soares, 1860); (Buescu, 1972); (Vittorino, 2009), o qual, pelo seu caráter abrangente e por sua intensidade, foi combatido, dentro das possibilidades, pela administração provincial, com auxílio do Governo Central. No segundo momento, a partir de começos de 1862, a doença novamente manifesta-se na Província, dispersando-se rapidamente e levando à morte de mais 3.000 pessoas somente até maio do referido ano. Similarmente ao que se verificara seis anos antes, à população e aos governantes impusera-se um «novo normal», a fim de combater-se a doença em todos os flancos: saúde, economia popular e finanças públicas.

Nesse sentido, o objeto de estudo principal deste trabalho investigativo é compreender, efetivamente, como a manifestação do Cólera² na Parahyba do Norte afetou a vida da população local e, por conseguinte, demandou ação enérgica por parte das Presidência e Assembleia Provinciais. Não estão contemplados no escopo da pesquisa os aspectos biológicos e epidemiológicos da doença, as representações desta nos jornais ou nos discursos populares ou especializados da época ou mesmo o valor das medidas de profilaxia adotadas (estas últimas, no entanto, haverão de ser mencionadas no esteio da temática principal), porque, em essência, configuram-se enquanto aspectos de ordem qualitativa. Busca-se aqui, portanto, a realização de um trabalho investigativo quantitativo que apresente os dados estatísticos referentes às vidas social, econômica e financeira gerados pela afetação do Cólera na Parahyba pretérita, no período de nove anos compreendido entre a primeira manifestação da moléstia (1856) e a segunda (1862). Em síntese, é um esforço por demonstrar como um fenômeno pontual (de curta duração) tem repercussões significativas dentro da estrutura histórica em vigor, através de séries estatísticas, numa perspectiva de história conjuntural, tal qual definida por Frédéric Mauro:

É ela que constrói as séries estatísticas com muito cuidado, mas não as utiliza senão como indicadores da conjuntura, a curto e a longo prazo. Em tal história o que conta é a passagem de uma fase A ou a a outra B ou b, é a intensidade de variação, seus efeitos sobre a vida social e política (Mauro, 1972: 306).

¹ O Visconde do Bom Retiro (1818-1886), dentre outros cargos importantes, foi Presidente das Províncias do Espírito Santo (1846-1848) e do Rio de Janeiro (1848-1853), bem como Ministro de Estado dos Negócios do Império, entre 1853 e 1857.

² Faz-se referência, quando a palavra se encontra precedida de artigo ou qualquer outro designador masculino, ao *Vibrio cholerae*, como a designação genérica da doença da Cólera.

A priori, tinha-se a tese de que a economia e as finanças locais haveriam de ser afetadas com rigor pelas epidemias, causando gravosos prejuízos à população e à saúde fiscal da Província. Não obstante, o que se processou foi o início de um longo período de pujança econômica (agroexportadora, ainda, de fato), no qual a Parahyba do Norte reorganiza o seu foco produtivo para o cultivo de açúcar e algodão, aplicando a mão de obra que se escasseava a pouco e pouco em atividades de maior lucratividade e valor agregado, porque os preços de ambas essas culturas expandiram-se, em simultâneo à afetação pelo Cólera. Será muito bem detalhado esse interessante fenômeno no decurso das páginas devidas, sempre consubstanciada a explanação com dados financeiros e econômicos respectivos.

Em congruência com a filiação teórica proposta, foi impositivo considerar-se um período de tempo que estivesse além daquele em que se viu a manifestação do Cólera pela Província da Parahyba do Norte. Não haveria, de outra forma, subsídios para um trabalho serial, para a consideração de como as alterações nas organizações social e administrativa repercutiram sobre a economia e sobre as finanças provinciais, enfoque da problematização deste trabalho. Assim, pode-se subdividir o recorte temporal estudado em dois subperíodos: 1854 a 1856 e 1856 a 1863. Tal separação, ademais, coincide com a periodização escolhida por Buescu (1972) para apresentar a inflação do Império brasileiro a partir do estudo da evolução de preços de vários produtos, e tais resultados deverão ser levados em consideração para quando da análise de conjuntura da Parahyba do Norte.

Deve-se destacar, além disso, a multiplicidade de vertentes que o trabalho pretende contemplar: desde a consideração dos espaços onde se processaram os eventos históricos e se verificaram as suas consequências (o contraste entre as povoações do interior e a capital), as relações sociais e os hábitos da população e como estes foram alterados pela disseminação mortal do Cólera, a economia e as finanças e sua reorganização. Espera-se, dessa forma, haver-se providenciado um quadro suficientemente completo do que se passou na Parahyba do Norte entre 1854 e 1863, a fim de que se possam depreender lições para o presente, além de melhor apreciarem-se os esforços da Administração Pública na minoração dos efeitos de tão gravosa moléstia e a resiliência da população local que soube resistir e reconstruir-se após anos de traumas e provações.

Enfim, o trabalho encontra-se organizado destarte: para além desses argumentos iniciais, tem-se a secção onde se apresenta a chegada do Cólera à Província da Parahyba do Norte, seus efeitos iniciais e a reorganização administrativa pela moléstia imposta aos parahybanos; segue-se o reconto da economia e das finanças provinciais no período de interesse, evidenciando a alteração na lógica econômica que se identificou após a epidemia; enfim, trazem-se sintéticos apontamentos acerca da carestia em território parahybano, a partir do expediente comparação com as suas Províncias vizinhas e algumas estatística a isso relativas. A título de síntese e revisão, eis as considerações finais e as referências.

2.0. O CÓLERA MANIFESTA-SE NA PARAHYBA DO NORTE (1856-1862)

O *Cholera morbus* far-se-á presente na vida parahybana enquanto uma moléstia deveras conseqüente somente na segunda metade dos anos 1850. Não obstante, outras doenças abatiam-se sobre a Província de maneira cíclica, causando mais ou menos problemas para a administração local e para a população, a depender da intensidade dos seus efeitos e do estado de preparação em que se encontrava aquela gente. A Varíola e a Febre Amarela eram duas enfermidades omnipresentes na vida dos parahybanos pretéritos, sempre causando mortes quando de sua manifestação mais gravosa e impelindo o governo à ação, geralmente de minoração e combate aos seus efeitos e, raramente, de profilaxia. Ainda assim, desde de 1842 (Parahyba do Norte, 1843), é lugar-comum entre os administradores da Província a necessidade de melhoramentos urbanos e de salubridade por toda a Parahyba do Norte, com o

intuito de se combater a dispersão de moléstias contagiosas, como a Variola, e dificultar a propagação de vetores de outras, como as febres de toda sorte.

Nesse sentido, a partir da década de 1840, na Parahyba do Norte, intensificam-se os trabalhos de asseamento dos perímetros urbanos, marcadamente da Capital, assim como o esforço de vacinação contra a Variola, o qual, ainda que dificultado nas povoações do interior da Província devido aos receios da população, fazia-se sentir com intensidade. Em 1850, ano em que a Febre Amarela assume caráter epidêmico, impõem-se para os administradores provinciais necessidades de duas ordens: erigir lugares adequados onde se procedesse à quarentena de infectados (ainda que, no caso das febres, fosse pouco efetivo tal esforço, muito mais útil em se tratando da Variola) e também onde pudessem repousar, de forma segura, eternamente aqueles que não resistissem aos efeitos da moléstia. Por essas razões, foi construído o primeiro lazareto da Província, localizado na Ilha Tiriri³ (Parahyba do Norte, 1850); sua função era a de recepcionar os tripulantes de navios britânicos, afetados pela condição febril, os quais haveriam de ser submetidos a período de quarentena. Não obstante, seu funcionamento foi descontinuado rapidamente, uma vez que, como se poderia supor, tanto não servira para reduzir o contágio da doença entre a população da Capital, quanto protagonizara um alto índice de mortalidade entre os seus internos (Parahyba do Norte, 1850).

Com relação ao cemitério público da Capital, sua primeira dotação orçamental, etapa essencial para o início das obras de construção, encontra-se na Lei de Orçamento de 1850⁴, a qual consignava ao projeto o montante de Rs. 4:000\$000⁵. Porém, este empreendimento só viria a ser concluído em finais de 1855 e repassado para administração da Santa Casa da Misericórdia em julho do ano seguinte⁶. A necessidade premente impusera-se à administração pública provincial, tendo em vista que, já em 1855, as notícias sobre a dispersão do Cólera na Província do Pará atemorizava o Presidente da Parahyba do Norte e por essa razão teve-se de proceder à entrega do novo cemitério público da Capital sem dispor de uma capela, que lhe viria a ser incorporada mais tarde, finda a crise causada pela epidemia de 1856. Denominava-se Cemitério Senhor da Boa Sentença, ainda hoje em funcionamento.

Isso posto, faz-se necessário inserir a Província no contexto de disseminação do Cólera pelo Império do Brasil e o conseqüente trabalho de profilaxia e de efetivo combate aos seus nefastos efeitos sobre as vidas social e econômica dos parahybanos, por parte do governo local. Para tanto, demanda-se o retorno ao ano de 1855 — quando, conforme mencionado, dão-se os primeiros casos do *Cholera morbus* em território brasileiro, que logo toma caráter epidêmico, na Província do Pará — período em que a administração da Parahyba do Norte já começa a mobilizar-se no sentido de prevenir o advento gravoso da doença em meio a sua população, e melhor preparar-se para a eventualidade disto vir a proceder. Provar-se-ão pouco efetivos os bem-intencionados esforços do Presidente da Província.

Logo que toma conhecimento da presença de casos do Cólera na Província do Pará, ainda em princípios de 1855, o Presidente da Parahyba do Norte, Doutor Flávio Clementino da Silva Freire⁷, põe em prática uma série de medidas relacionadas à salubridade pública no território provincial, assim crendo ser possível postergar ou mesmo impedir a disseminação da

³ Trata-se de uma ilhota localizada no atual município de Santa Rita, cuja área mede 4,5 quilômetros. Etimologicamente, seu nome significa «água escassa» ou terra que treme». Inexistem, hoje, remanescentes claros do Lazareto outrora ali erigido.

⁴ Lei nº 18, de 11 de outubro de 1850. *Lex*: Coleção das Leis Provinciais da Parahyba do Norte promulgadas na sessão ordinária de 1850. Parahyba: Typografia de José Rodrigues da Costa, 1850.

⁵ Quatro milhões ou quatro contos de réis.

⁶ Lei de 04 de dezembro de 1855. *In*: PARAHYBA DO NORTE, Vice-Presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha. **Relatório [...]**, 1º de agosto de 1857. Parahyba: Typografia de José Rodrigues da Costa, 1857.

⁷ O Barão de Mamanguape (1816-1900). Foi Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte por múltiplos períodos, assumindo a administração interinamente por várias vezes, além de Deputado Geral (1857-1864) e Senador (1869-1889) pela mesma Província.

grave doença, nomeadamente na Capital, que sempre fora o mais propício ponto de entrada de moléstias contagiosas na Província. Neste sentido, é mister destacarem-se duas muito consequenciais ações do eminente Presidente: em primeiro lugar, foi determinada severa quarentena para todas as embarcações provenientes de portos infectados, fossem do Império ou estrangeiros, e para este fim foi construído mais um lazareto, famoso e resiliente, na Ilha da Restinga⁸, desta feita, onde eram mantidos em isolamento os marinheiros das mencionadas embarcações (Parahyba do Norte, 1856); além disso, o governo estabeleceu enquanto mandatória a fiscalização dos gêneros alimentícios de primeira necessidade — que eram armazenados e comercializados em locais deveras inadequados, considerados os atuais *standards* de qualidade e segurança de alimentos, e mesmo os da época —, a isto procedendo-se tendo em vista o fato de ter-se o Cólera disseminado pelas terras da Província da Bahia devido a um carregamento de bacalhau contaminado ter sido permitido de circular pelos mercados daquela Capital, São Salvador (Brasil, 1856).

No decurso do ano de 1855, permaneceu a Parahyba incólume à epidemia do Cólera, que já devastava outras Províncias do Império. Não obstante, as afetações por Variola e Febre Amarela mantinham-se uma constante, especialmente na Capital, onde a dispersão era propiciada por intermédio da grande circulação de pessoas, do mau estado de asseio e do próprio porto. Adveio a moléstia mais gravosa em princípios de 1856.

Apesar de todos os esforços, e como é já comum e mesmo esperado para doenças de tão fácil dispersão, o *Cholera morbus* abateu-se com fervor sobre a combalida Parahyba do Norte, em princípios de 1856, da fronteira com Pernambuco, na altura das povoações de Alagoa de Monteiro (hoje, município de Monteiro) e Zabelê (município homônimo atualmente), e nessas localidades causou 80 óbitos entre 269 infectados (Parahyba do Norte, 1857). Seguiu-se uma período de medo e expectativa, no qual o governo desempenhou grandes trabalhos preventivos, preparando médicos e redes de assistência aos mais necessitados, até que, a 05 de fevereiro, casos de Cólera foram identificados em Taquara (povoação que, hoje, é distrito de Pitimbu, litoral da Paraíba), e dali a epidemia propagou-se com violência por toda a Parahyba do Norte e, já a 25 do mesmo fevereiro de 1856, havia causado morte e destruição por todo o território aquém-planalto da Borborema, não demorando a ultrapassar este marco geográfico para acometer também os indivíduos das povoações ali presentes (Parahyba do Norte, 1857).

Já em princípios do mês de abril, nesse período arrefece, sem completamente esvair-se, o ímpeto de contágio e da letalidade do Cólera na Província, subsistindo ainda os seus efeitos: como observar-se-á recorrente, vilas e povoações são deixadas desertas devido aos receios de se chegar a doença em seus territórios, inclusivamente com cadáveres insepultos a propiciar novos surtos epidemiológicos, e, na Parahyba do Norte tal verificou-se em relação à Vila de Pilar, de onde mesmo as autoridades sanitárias e administrativas emigraram a paragens mais seguras, em esperança de alento contra a certeza da morte (Parahyba do Norte, 1857); além disso, o resultado da afetação de pouco menos de cinco meses (janeiro a junho de 1856) pela bactéria impôs à Paraíba pretérita macabra estatística de 25.390 mortos Parahyba do Norte, 1857), entre uma população estimada pela Administração do Império em 209.300 indivíduos para 1855 (Brasil, 1856), o que representa um percentual de mortos em relação ao todo populacional de 12,13 %. A tabela a seguir (Tabela 01) apresenta a discriminação do número de mortos pelo Cólera em cada Comarca da Província, no período de tempo mencionado:

Tabela 01 — Vítimas de Cólera distribuídas pelas seis Comarcas da Parahyba do Norte, no auge da epidemia (janeiro a junho de 1856).

⁸ É mais uma ilha do estuário do Rio Paraíba, localizada no município de Cabedelo. Seu nome é referência à vegetação dali característica, de solo arenoso.

COMARCA	NÚMERO DE MORTOS
Primeira (Freguesias da Capital, Livramento, Santa Rita, Jacoca ⁹ , Taquara, Alhandra Mamanguape e Baia da Traição.).....	5.741
Segunda (Freguesias de Pilar, Taipu, Ingá e Natuba).....	7.181
Terceira (Freguesias de Areia, Alagoa Nova, Bananeiras, Cuité e Independência).....	10.741
Quarta (Freguesias de S. João e Cabaceiras).....	1.703
Quinta (Freguesias de Pombal, Patos e Catolé do Rocha).....	20
Sexta (Freguesias de Sousa e Piancó).....	04
Soma.....	25.390

Fonte: Adaptado de PARAHYBA DO NORTE, 1857: 71.

Assim, em se considerando o alto número de mortos totais, é possível de se supor o estado de calamidade no qual se encontrava a Província, a qual vira sua população reduzir-se em mais de dez por cento num período de menos de cinco meses, apresentando a doença uma taxa de mortalidade de 12.130 mortes por 100.000 habitantes. Inconcebível para padrões atuais. Certamente, a economia local não haveria de permanecer incólume a tão considerável consequência, qualquer que fosse o modelo produtivo em vigor. Não obstante, para a Parahyba do Norte, havia ainda alguns agravantes, por se tratar de uma localidade onde a agricultura exportadora e a pecuária extensiva configuravam-se enquanto a fonte de renda mais importante, atividades estas que demandam intensa mão de obra e produção constante. Como era característico daquele período histórico, os escravos eram os braços destacados das lavouras canavieiras e algodojeiras locais, assim como os indivíduos mais suscetíveis de infecção e morte por moléstias infecciosas, mesmo que se encontrassem em número bem menor do que da população livre¹⁰. Dentre os 25.390 mortos pelo Cólera, conforme a tabela acima, 2.991 eram escravos (Parahyba do Norte, 1857: 71), o que constitui uma tragédia humana tanto quanto econômica e financeira para os produtores parahybanos. Na subsecção seguinte, serão tratadas com mais detalhes essas questões de natureza contábil.

Passado o ápice de infecções e mortes pelo Cólera, restou uma Província combalida, mas também consciente das necessidades prementes de melhoramentos em termos de infraestrutura de salubridade e saúde. Dispondo apenas de dois hospitais, o da Santa Casa e o do Regimento, os quais foram de pouco auxílio no período de epidemia, conscientizava-se a administração provincial de que as políticas profiláticas começadas a partir de 1850 precisavam de ser expandidas. Em vistas disso, o Presidente Carneiro da Cunha¹¹ demandara ao Provedor de Saúde da Província, Inocêncio Poggi¹², um relatório diagnóstico acerca do estado de salubridade em que se encontrava a Parahyba do Norte, além de buscar igualmente sugestões para resolver os problemas que se impunham. Em síntese, o senhor Provedor apontava como os contribuidores mais claros para a dispersão de moléstias entre a população

⁹ Atual município do Conde.

¹⁰ De acordo com estatísticas do governo provincial para o ano de 1851, haveria na Parahyba do Norte um total de 28.546 escravos, distribuídos principalmente nas paragens do interior.

¹¹ Manoel Clementino Carneiro da Cunha (1825-1899), natural do Pernambuco, foi Presidente das Províncias do Amazonas e Pernambuco e, entre 1857 e 1860, da Parahyba do Norte.

¹² João José Inocêncio Poggi. Pernambucano, o comendador não tinha formação médica, mas, por longo tempo, atuou, na Parahyba do Norte, como médico e Inspetor da Saúde. Chegou mesmo a assumir a chefia da Província, entre agosto e novembro de 1866.

da Capital a forma como as reses de gado eram criadas e abatidas, pelos proprietários, e as carnes vendidas, pelos mascates. Apontava como inadequada a criação extensiva, na qual o gado passava possivelmente dias sem alimentar-se e, quando conduzido ao matadouro, era-o «debaixo de varadas» (Parahyba do Norte, 1857), ali chegando cansado e malnutrido. A carne, logo, não poderia ser de boa qualidade. Da mesma maneira, o matadouro público era apontado como um lugar onde se ignoravam as boas práticas de higiene e as técnicas de corte e armazenamento das carnes, o que o tornava um propício centro de distribuição de doenças. Nos sítios onde se vendia o produto, nos quais este ficava exposto ao sol e a todo tipo de contaminação potencial, era necessária a imposição de controlo por parte da administração igualmente.

Não somente a alimentação figurava no quadro de preocupações do Provedor da Saúde: também o asseio das ruas e das habitações da Capital. Calçadas onde empossava-se água por dias a fio, presença de entulho e dejetos de vária natureza eram situações comuns, as quais demandavam correção, porque contribuíam para a contaminação por uma série de doenças, quadro piorado quando das epidemias cíclicas das febres e da Variola e, no caso do Cólera, um grave propiciador da letalidade desse mal.

O relatório da Repartição de Saúde surte efeitos, ainda que seja gradativa a implementação de projetos de melhoramento urbano e de salubridade. Por Lei de 09 de novembro de 1858¹³, a Presidência provincial põe em curso um largo programa de calçamento das ruas da Capital, o que foi antecedido por um projeto urbanístico de alargamento, alinhamento e abertura de ruas na mesma cidade (Parahyba do Norte, 1858). Em Campina Grande, através da Lei nº 6, de 14 de julho de 1860¹⁴, uma série de determinações foi imposta aos habitantes daquela ainda Vila, inclusive a necessidade de se restaurarem as calçadas das habitações, pintarem-se as paredes, conservarem-se sem embaraços os caminhos públicos, enfim, a Câmara daquela localidade passou a pôr em prática as recomendações da Repartição de Saúde. Similares medidas observar-se-iam em muitas outras Vilas e Povoações da Parahyba do Norte no decurso da década de 1850 e princípios da de 1860, pouco antes da nova afetação por Cólera que se verificaria na Província. A Vila de Areia foi a mais empenhada, em verdade, já no ano de 1858 propondo um novo regulamento para o funcionamento do matadouro público dali e o processo de criação e abate das rezes para consumo, complementando esse esforço entre 1860 e 1862, de similar maneira.

A administração tinha, ademais, como objetivo a mudança de localização do matadouro público, recebendo para tal, inclusivamente, dotação orçamental de quatro contos de réis da pessoa do próprio Imperador, quando de Sua visita à Província (Parahyba do Norte, 1851). Sua Majestade preocupava-se também com a salubridade pública da Parahyba, estando a par das necessidades materiais para que os indispensáveis melhoramentos urbanos processassem-se. Não obstante, essa obra de realocação não é realizada, por questões de ordem financeira, antes de 1862, quando a nova epidemia de Cólera assola a Província. Da mesma forma, as Povoações e Vilas maiores necessitavam de ter os seus próprios matadouros, porém, se nem a Capital dispunha de meios financeiros, de menos ainda dispunham essas localidades. Assim, a problemática que representava a higiene e a salubridade dos sítios de abate e distribuição de carnes, em toda a Parahyba do Norte, permanece em voga até, no mínimo, o começo da década de 1870.

Uma outra premência em termos de salubridade pública na Província dizia respeito ao trato com os mortos, o que se tornaria uma prioridade administrativa no decurso dos anos pós-1856. Como já foi tratado em momento anterior, a necessidade de construção de um cemitério

¹³ Lei nº 20, de 09 de novembro de 1858. *Lex*: Coleção das Leis Provinciais da Parahyba do Norte promulgadas na sessão ordinária de 1858. Parahyba: Typografia de José Rodrigues da Costa, 1858;

¹⁴ Lei nº 06, de 14 de julho de 1860. *Lex*: Coleção das Leis Provinciais da Parahyba do Norte do ano de 1860. Parahyba: Typografia de José Rodrigues da Costa, 1860.

público na Província (ou na Capital, ao menos) já fora identificada desde 1842, como forma de substituição da antiga prática fúnebre, que consistia em sepultar os fiéis no recinto da igreja, percebida tanto como um perigo à saúde pública, quanto uma maneira de incrementar os recursos que chegavam aos combalidos cofres da Santa Casa da Misericórdia, através do pagamento de compensações públicas para a manutenção desse empreendimento. Passada a epidemia de Cólera, um grande número de Vilas do interior da Província começa, também, a dispor de cemitérios públicos, com maior ou menor eficiência e qualidade estrutural. Não são encontrados nos documentos administrativos detalhamentos sobre o desenvolvimento das obras, a localização dos sítios e as suas características, razão pela qual as informações que se apresentarão aqui serão gerais, propiciando ao leitor, no entanto, a compreensão de que a edificação de cemitérios públicos, juntamente com um programa de asseio urbano, tornou-se em projeto administrativo do governo provincial muito em razão do *Cholera morbus*.

O quadro a seguir (Quadro único) apresenta as Freguesias da Parahyba do Norte que dispunham de cemitérios, construídos por ação do governo provincial, das Câmaras Municipais ou iniciativa dos moradores locais, em cada intervalo temporal desde 1855, quando o primeiro cemitério da Parahyba do Norte é construído, em Piancó, por ação do vigário e da população da Freguesia:

Quadro único — Cemitérios construídos ou planeados nas Freguesias da Parahyba do Norte, entre 1855 e 1865.

ANO OU ÍTERIM	FREGUESIA
1855.....	Vila de Piancó
Entre 1856 e 1858.....	Sousa ¹⁵ , Bananeiras, Cabaceiras e Santa Rita, Cabedelo, Penha, Tambaú, Mamanguape, Bahia da Traição, Taipu ¹⁶ , Pilar, Ingá ¹⁷ , Araruna ¹⁸ , Cuité ¹⁹ , Areia ²⁰ , São João ²¹ , Pombal e Patos.
Entre 1860 e 1865.....	Natuba, Independência, S. João ²² , Teixeira, S. José de Piranhas, Campina Grande, Alagoa Nova, Catolé do Rocha e Pilar.

Fontes: Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte, 1855 a 1865.

Após a grande epidemia de Cólera de 1856, tomando em conta, também, os esforços de aprimoramento urbano discutidos até aqui, apenas as eventuais manifestações de Varíola e Febre Amarela foram observadas na Província. Certamente, a grave afetação pelo *Cholera morbus* deixou marcas negativas para a população, para a administração local e para a economia, mas também legou um conhecimento de causa e suscitou medidas profiláticas as quais, ainda que imperfeitas e nem sempre implementadas com a eficiência devida, ajudariam a minorar em muito os efeitos nefastos da segunda epidemia de Cólera pela qual passaria a

¹⁵ Há menção do princípio da construção destes cemitérios em Sousa, Bananeiras e Cabaceiras. No entanto, não foi possível identificar se em todos houve o término da obra, à exceção do de Sousa, uma vez que aparentam ter sido estabelecidos mais como medidas emergenciais em decorrência da epidemia do Cólera. Apesar disso, já em 1857, há referência a uma multiplicidade de cemitérios na Província, para além da Capital, o que permite inferir que ao menos alguns destes foram terminados.

¹⁶ Quatro diferentes cemitérios na Freguesia.

¹⁷ Onze cemitérios por toda a Freguesia.

¹⁸ Dois cemitérios.

¹⁹ Oito cemitérios.

²⁰ Três cemitérios.

²¹ Quatro cemitérios, alguns em construção.

²² Três mais finalizados.

Parahyba do Norte, a partir de 1862. Dessa feita, o ponto de difusão da moléstia foi a localidade de Pedras de Fogo, em primórdios de janeiro do referido ano. Nos primeiros sinais de nova afetação, a administração provincial estabeleceu novos trabalhos, que consistiram em difusão intensa de medidas básicas de higiene para a população, à semelhança do que se fizera na epidemia anterior, além do estabelecimento de enfermarias provisórias em todas as Freguesias atingidas, que também levavam consigo médicos, em número insuficiente, comissões de saúde que se formaram em cada uma desses sítios. A mortalidade desta afetação por Cólera foi ainda consideravelmente alta, porém impossível de se comparar com a de seis anos atrás, conforme será demonstrado. Ademais, apesar de mortal, esta epidemia não teve longa duração, limitando-se aos primeiros meses de 1862, possibilitando um mais rápido retorno à normalidade. Em não sendo o objeto de estudo desta pesquisa, não se discutirá a continuação do trabalho de melhoramento e saneamento do espaço urbano posto em marcha pós-epidemia, mas que esse fato se tenha registado.

A doença, em continuidade, expandiu-se pelas sete Comarcas²³ da Província, em todas ocasionando óbitos, nomeadamente naquelas do Pilar e de Areia, onde os números totais somam-se para resultar em mais de duas mil vítimas. O que é interessante, em verdade, não são apenas estas estatísticas *per se*, mas o curto período de tempo a que se referem (janeiro a maio de 1862), demonstrando o grau de letalidade da moléstia, mesmo que incomparável ao observado em 1856. As estatísticas apresentadas pelo Presidente da Província (Parahyba do Norte, 1864) são as seguintes (Tabela 02).

Tabela 02 — Vítimas de Cólera distribuídas pelas sete Comarcas da Parahyba do Norte, no auge da segunda epidemia (janeiro a maio de 1862).

COMARCA	NÚMERO DE MORTOS
Capital.....	141
Pilar.....	948
Areia.....	1.606
Bananeiras.....	384
S. João.....	15
Pombal.....	87
Sousa.....	152
Soma.....	3.333

Fonte: Adaptado do Relatório do Presidente da Parahyba, 1862.

É perceptível a diferença entre ambos os períodos de afetação pelo Cólera, na Parahyba do Norte. Quase dez vezes menos pessoas padeceram do mal nesta segunda afetação, muito graças ao trabalho preventivo e de combate desenvolvido pela administração provincial e das Câmaras Municipais. Considerando a mesma população nominal de seis anos atrás, na falta de novas estatísticas, e tendo em vista tratar-se somente de um dado quantitativo comparativo, a epidemia de Cólera de 1862 apresentou taxa de mortalidade de 1.592 mortes por 100.000 habitantes. Os impactos negativos sobre a economia, naturalmente, foram menores, mas as finanças parahybanas já se encontravam combalidas desde 1856, tanto por conta do Cólera quanto pela carestia generalizada dos gêneros alimentícios. Em secção subsequente, tratar-se-á dessas questões,

Assim, considerando-se este quadro epidemiológico do *Cholera morbus* na Parahyba do Norte, é importante estudarem-se as suas consequências por sobre a vida econômica da Província, e este fato é o objeto segundo do estudo nesta secção. Conforme os pressupostos

²³ Por força da Lei nº 19, de 10 de outubro de 1857, criou-se uma nova Comarca na Província, a Sétima. Já no ano seguinte, a partir do que estabeleceu a Lei nº 08, de 16 de outubro de 1858, as Comarcas não seriam mais denominadas pelo número ordinal, mas pelas designações geográficas em que se encontravam.

analíticos sobre os quais discorreu-se quando dos apontamentos introdutórios, sobre a prevalência do modelo de exportações intensiva dos gêneros do sector primário no Império do Brasil, mormente açúcar e algodão, no caso da Parahyba, buscar-se-á constatar possíveis impactos da afetação de Cólera em 1856 e 1862 na produtividade e nas rendas do essencial comércio marítimo entre a Província e os demais portos do Império, bem como das nações estrangeiras com as quais mantinha intercâmbio direto. Além disso, observar-se-á a eventual consequência da desorganização da vida econômica — somada à morte e ao receio dos comerciantes e escravos, componentes do sistema de produção nas lavouras de açúcar e algodão, e de escoamento desta, nos mercados e portos da Capital e do Recife, onde havia a coletoria de rendas²⁴ — nas estatísticas das finanças públicas da Província, assim garantindo compreensão mais abrangente do quadro econômico-financeiro da Parahyba do Norte, antes, no decurso, e após as epidemias de Cólera.

3.0. ECONOMIA E FINANÇAS EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA

À revelia do já referenciado fato de ainda não haver o *Cholera morbus* adentrado o território da Parahyba do Norte antes de 1856, o estado de salubridade pública na Província sempre fora problemático. Eram sazonais as afetações por Variola em caráter endêmico ou quase e, no período de 1854-1855, essa doença fazia-se sentir com gravidade entre os parahybanos, causando «não pequeno número de vítimas, mas quase todas na classe baixa do povo» (Parahyba do Norte, 1855: 30). Em meio a tão lancinante situação, somada ao receio expresso de que o Cólera, viesse somar-se ao «mal das bexigas», o Vice-Presidente (em exercício) da Província, Doutor Flávio Clementino da Silva Freire, auxiliado por uma junta médica, vai iniciar um abrangente projeto de saneamento da Capital, pois que a situação da higiene daquela cidade parecia inadequada, pelo que o administrador apresenta.

Algumas das medidas emergenciais implementadas pela administração provincial são hoje lugar-comum enquanto política pública de salubridade, mas naquela altura, quando o desconhecimento sobre os métodos de contágio era ainda a regra (Maraiano; Mariano, 2012), apresentavam-se como uma imposição premente das epidemias. Nesse contexto, esforços como a fiscalização nos mercados de alimentos da cidade, para que produtos em estado de impropriedade para consumo fossem dali retirados, quarentenas de navios advindos de portos suspeitos de contaminação, para esse fim estabelecidos os Lazaretos da Ilha da Restinga e do Tiriri, onde o resguardo ocorreria, retirada de lixo e os pontos de multiplicação de insetos foram das ruas, bem como distribuição de informativos com instruções para proteção contra doenças infecciosas, além de, conforme já mencionado e o aceleração das obras para conclusão do cemitério — que seria bastante necessário para os muitos mortos que em breve observar-se-iam (Parahyba do Norte, 1855) —, foram implementados com maior ou menor grau de sucesso. Pouco mais poderia o governo fazer contra o inimigo que logo chegaria à Parahyba.

Com relação especificadamente à economia e às finanças, no primeiro ano financeiro relevante, antes de a epidemia chegar à Província, 1854-1855, as estatísticas a esse relativas são de grande valia, pois, ao serem comparadas com aquelas dos períodos subsequentes, garantem a identificação de eventuais anomalias em rendimentos, volumes produzidos e exportados e gêneros importados, as quais se podem atribuir à consequência do aparecimento do Cólera em território provincial, havendo subsídios para tal. Há um problema que se impõe ao analista quantitativo sobre matérias financeira, orçamental e econômica: o ano financeiro,

²⁴ Ainda remanescência do período em que a Capitania da Parahyba era submetida à referida de Pernambuco, onde os mercados e o custo do despacho dos produtos eram mais atrativos, havia uma coletoria de rendas de exportação e importação no Recife, representante dos interesses da Parahyba do Norte. As rendas provenientes dos despachos ali deveriam ser remetidas à Capital parahybana, com os devidos encargos pago aos pernambucanos.

oficialmente, não coincidia com o ano civil (janeiro a dezembro), mas transcorria o período de doze meses contado de primeiro de julho do ano anterior até 30 de junho do ano seguinte²⁵; ou seja, no caso do exercício de 1854-1855, conta-se o íterim que vai de 1º de julho de 1854 até 30 de junho de 1855, e assim sucessivamente. Não obstante, as Leis Orçamentais da Província baseavam-se no ano civil como a referência para questões contábeis, o que nem sempre era explicitado nos relatórios fiscais da Repartição do Tesouro. Feita essa ressalva, e tendo o pesquisador algum apuro e a prudência de usar o método serial de fontes, é possível recontar os dados de produção e exportação dos gêneros agrícolas de destaque na economia da Parahyba do Norte, bem como identificar os balanços financeiros do ano civil e do ano fiscal igualmente.

A Lei nº 15, de 22 de dezembro de 1853²⁶ estabelecia a despesa para o ano de 1854 (janeiro a dezembro) de Rs. 152:226\$754, consignando-se para a Saúde Pública o valor de apenas Rs. 600\$000, com o ordenado do Cirurgião-Mor da Província. Observar-se as fontes de receita esperadas, dispostas na Lei, permite compreender a dinâmica da economia local: com destaque, havia a taxaçaõ sobre o açúcar e o algodão que fossem despachados pela Alfândega provincial, a qual correspondia a quase a totalidade dos rendimentos supridores das despesas, além do dízimo sobre o gado *vacum* e *cavalar*, arrematado anualmente entre os criadores. Os números exatos, os quais dimensionam a relevância destas três fontes de receita para o balanço financeiro da Parahyba do Norte serão apresentados com mais detalhes a seguir.

Para o ano financeiro de 1854-1855, o valor nominal total das exportações processadas pela Alfândega da Província foi de Rs. 1.610:543\$000 (Parahyba do Norte 1856; Brasil, 1856), sobre o qual incidiam 5% (80:527\$131 rs.) da tarifa de exportação devida à Fazenda Geral, e, em tese, mais 5% à Fazenda Provincial²⁷. Somente em se tratando do algodão, foram Rs. 1.019:154\$992, um volume de 196.665 arrobas, a segunda maior cifra de todo o Império, para o período de referência, correspondendo a 22% do total de algodão exportado pelo Brasil. Completando, em termos de relevância, as estatísticas de exportação, tem-se o açúcar, cujas 305.082 arrobas somaram Rs. 458:658\$500. Os preços médios²⁸ de ambos os produtos, respectivamente, corresponderam a 5\$182 e 1\$503, por arroba.

As estatísticas acima descritas servem a um propósito comparativo. Ressaltando que se trata do período precedente à gravosa disseminação do Cólera entre a população parahybana, pode-se compreender, ao compararem-se os referidos dados com os dos diferentes exercícios financeiros que o sucedem, a eventual influência da epidemia sobre a organização econômica da Parahyba do Norte, em um exercício de compreensão de fenômenos de curta duração sobre uma estrutura secular de exportação de produtos primários.

Tendo em vista as determinações da Lei Eusébio de Queirós²⁹, de 1850, — que estipulava medidas repressivas contra a importação de cativos africanos para servirem de mão de obra forçada nas províncias do Império — o preço dos escravos elevou-se no Brasil, e os produtores nacionais que empregavam essa espécie de trabalho, cuja demanda não arrefecera,

²⁵ Lei de 15 de dezembro de 1830. Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1831-1832. *Lex: Coleccção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte. 1, 1830.

²⁶ Lei nº 15, de 22 de dezembro de 1853. *Lex: Coleccção de Leis da Província da Parahyba do Norte [...]*, 1853. Parahyba: Typografia de José Rodrigues da Costa, 1854.

²⁷ De acordo com as últimas mudanças nesta matéria alfandegária, estabelecidas pelas Leis Provinciais nº 30, de 04 de dezembro de 1855, e nº 19, de 06 de outubro de 1856, assim ficou o quadro de taxas incidentes sobre os produtos despachados da Parahyba do Norte diretamente para portos estrangeiros: **I- algodão: 4%; II- açúcar: 4%; III- açúcar despachado de Pernambuco: 3%; IV- couros: 3%; V- demais produtos: 5%**. Estes percentuais eram cobrados nos portos de destino.

²⁸ Calculados com base na quantidade exportada de arrobas e no valor total da exportação respectiva.

²⁹ Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850. Estabelece medidas para repressão do tráfico de escravos neste Império. *Lex: Coleccção de Leis do Império*, Rio de Janeiro, tomo 11, pt. 1, secção 35, 1850.

ao contrário, aumentara nas lavouras de café de São Paulo, dirigiram suas atenções para o comércio interprovincial, sendo as regiões do Norte um mercado abundante. A referida Lei foi responsável por considerável redução na quantidade de escravos africanos que desembarcaram nos portos do Império daquele ano em diante. Em vistas da progressiva mudança de matriz econômica do país na altura, em direção aos cafezais do Sudeste-Sul, as províncias dali passaram a importar escravos das demais, em especial do Norte, Parahyba inclusivamente. A tabela a seguir (Tabela 03) demonstra os efeitos da lei:

Tabela 03 — Desembarque estimado de africanos.

QUINQUÊNIOS	TOTAL DE ESCRAVOS
1801- 1805.....	117.900
1806-1810.....	123.500
1811-1815.....	139.400
1816-1820.....	188.300
1821-1825.....	181.200
1826-1830.....	250.200
1831-1835.....	93.700
1836-1840.....	240.600
1841-1845.....	120.900
1846-1850.....	257.500
1851-1855.....	6.100

Fonte: IBGE, 2000.

Tendo em vista similar situação, a Assembleia Provincial da Parahyba do Norte impôs uma taxa sobre a exportação de escravos do seu território para outras: 100\$000 (cem mil) réis por cabeça. Congruentemente, a Lei Provincial nº 24, de 1854, estabelecia dedução de 1% no imposto sobre o açúcar parahybano despachado em direção a alhures para serem investidos em maquinaria agrícola que reduzisse a necessidade de tantos braços nas lavouras, ou aprimorasse a produção (Parahyba do Norte, 1855).

Conforme apresentado na secção precedente, quando tratou-se da dispersão do Cólera pela Província, o exercício financeiro primeiramente afetado pela epidemia foi o de 1855. No referido período, a população recebera os primeiros auxílios do governo, especialmente através da distribuição de gêneros alimentícios aos mais necessitados, com recursos em maioria advindos do Ministério do Império, através de crédito suplementar autorizado no valor 2.188:009\$564 rs., dos quais recebeu a Parahyba do Norte 75:494\$771 rs, e que eram utilizados para importação dos produtos básicos, especialmente, mas não apenas, farinha, conforme as estatísticas da Alfândega o evidenciam.

Considerando as informações financeiras da Província quando é sua população afetada pela moléstia, em sendo os efeitos da epidemia gravosos, esperava-se que as despesas incrementassem, ao que as receitas sofressem alguma redução, mas o balanço observado no ano financeiro parece demonstrar o contrário: apuraram-se 307:314\$556 rs (Parahyba do Norte, 1856), ao passo que as despesas somaram o valor de 256:051\$148 rs, com saldo consequente de 51:263\$408 rs. Ressalte-se, no entanto, que se trata de rendas extraordinárias propiciadas pelos auxílios do governo central e do saldo advindo do período 1854-1855 (61:555\$077), sem os quais contaria a Província com déficit de mais de 11 contos. Contando-se as despesas extraordinárias, que muito cresceram, consistiam, nomeadamente, na manutenção e construção de cemitérios públicos, do lazareto, de estabelecimentos hospitalares entre outras relacionadas ao momento de emergência sanitária.

A Parahyba do Norte não era grande produtora de alimentos para a subsistência de sua população, nem de utensílios básicos de manufatura simples, especialmente ligados ao setor têxtil. A análise das mercadorias despachadas no porto da Província confirma tal constatação: em todas as modalidades de importação (diretamente do estrangeiro, de produtos estrangeiros por cabotagem, ou seja, reexportados por outras Províncias, e de gêneros de consumo nacionais), destacam-se os alimentícios e as referidas manufaturas de tecido, principalmente algodão (Parahyba do Norte, 1855). Em vistas da situação excepcional imposta pela epidemia a partir de 1856, as necessidades de suprimento para a Província exponencialmente aumentaram — também em consequência do aumento de preços desses produtos —, o que é confirmado pelos números de importação na Alfândega. As tabelas (04, 04-A e 04-B) a seguir trazem comparativos entre os principais produtos importados pela Parahyba do Norte em dois diferentes anos financeiros (imediatamente anterior e no ápice da epidemia), juntamente com o percentual de aumento na demanda:

Tabela 04 — Produtos importados diretamente do estrangeiro (regime tarifário médio de 30%).

PRODUTO	1854-1855	1855-1856	PERCENTUAL
Bacalhau.....	2:360\$000 rs.	62:275\$000 rs.	+2.538,77
Madapolão.....	Isento ³⁰	3:621\$000 rs.	+1.710,5
Manteiga.....	Idem	2:948\$400 rs	+1.374,2
Pano de algodão.....	Idem	5:260\$717 rs.	+2.530,35
Sanguessugas.....	Idem	Isento
Tabuado de Pinho.....	Idem	4:812\$400 rs.	+2.306,20

Fonte: Adaptado de Parahyba do Norte (1857). Percentual calculado com aproximação decimal até a segunda casa.

Tabela 04-A — Produtos estrangeiros importados de outros portos do Império por cabotagem [Pernambuco] (regime tarifário de 1,5%).

PRODUTO	1854-1855	1855-1856	PERCENTUAL
Bacalhau.....	53:250\$000 rs.	88:143\$000 rs.	+65,53
Banha de porco.....	Isento	1:126\$400 rs.	+463,20
Bolachas.....	Idem	2:465\$960 rs.	+1.132,98
Carnes secas e salgadas.....	25:413\$880 rs.	11:981\$200 rs.	-52,82
Farinha de trigo.....	30:084\$000 rs.	66:165\$920 rs.	+119,94
Madapolão.....	40:794\$490 rs.	101:403\$558 rs.	+148,57
Manteiga.....	7:017\$600 rs.	27:463\$588 rs.	+291,53%

³⁰ Corresponde a um valor abaixo de 200\$000 rs, sob o qual não incide taxaço nenhuma. Em todos os casos similares, utilizou-se a base dos mencionados duzentos mil réis para cálculo do percentual de aumento.

Manufaturas e tecidos diversos.....	86:903\$385 rs.	30:687\$250 rs.	-65,69%
--	-----------------	-----------------	----------------

Fonte: Adaptado de Parahyba do Norte (1857). Percentual calculado com aproximação decimal até a segunda casa.

Tabela 04-B — Produtos de consumo nacionais, importados pela Província (regime tarifário de 0,5%).

PRODUTO	1854-1855	1855-1856	PERCENTUAL
Arroz.....	2:869\$480 rs.	9:188\$735 rs.	+320,22%
Farinhas diversas.....	Isento	1:484\$840 rs.	+742,42%
Medicamentos diversos.....	Idem	1:410\$000 rs.	+705%
Peixes secos e salgados.....	649\$700 rs.	1:741\$800 rs.	+268,1%

Fonte: Adaptado de Parahyba do Norte (1857). Percentual calculado com aproximação decimal até a segunda casa.

As tabelas acima são complementares e permitem algumas constatações importantes para consubstanciar a tese elencada, a ressaltar que há muitos outros produtos que não foram mencionados: I- o bacalhau era um importante componente da pirâmide alimentar do parahybano, superior às demais modalidades de proteínas, não incluído o gado produzido na própria Província, e teve ainda mais destaque no decurso da epidemia, por ser um alimento, à altura, característico das classes menos abastadas, e reduziu-se a compra de carnes; II- alimentos básicos eram importados em consideráveis quantidades (farinha, manteiga, bolachas, peixes, arroz), especialmente do estrangeiro através de Pernambuco; III- produtos têxteis manufaturados eram parte relevante das compras da Parahyba do Norte, e essas foram incrementadas no período de afetação do Cólera; IV- medicamentos e sanguessugas (tratamentos para a moléstia) passaram a fazer parte do rol de importações da Província; V- as obras de cemitérios e hospitais demandavam aumento de compra de produtos de construção; entre outros.

Fazendo-se ainda alusão às tabelas, é perceptível o fato de que produtos alimentícios de necessidade básica da população, representados por farinhas, peixes e carnes especialmente, passaram a ser importados em números expressivos a partir do exercício financeiro de 1855-1856. Para melhor dimensionamento desse fenômeno, em um intervalo temporal diverso, antes e depois da afetação do Cólera na Província, segue a Tabela 04, a qual estabelece um comparativo entre os valores nominais, em réis, dos principais alimentos importados pela Parahyba do Norte, perpassando três exercícios financeiros da década de 1840 e mais três dos anos 1850, inclusivamente os anos relativos à epidemia:

Tabela 05 — Comparativo entre os principais alimentos importados pela Parahyba do Norte em seis intervalos de tempo distintos, com destaque para o exercício financeiro de 1855-1856, de afetação pelo Cólera.

PRODUTO	1841-1842	1842-1843	1843-1844	1853-1854	1854-1855	1855-1856
Bacalhau.....	47:925\$	23:566\$	43:170\$	49:560\$	55:610\$	150:418\$
Farinha de trigo e derivados.....	32:437\$	23:786\$	31:599\$	29:744\$	31:524\$	67:630\$
Manteiga.....	13:743\$	10:467\$	9:711\$	9:114\$	7:018\$	30:413\$
Carnes salgadas.....	12:729\$	16:767\$	8:293\$	34:611\$	28:811\$	15:683\$
TOTAL NO EXERCÍCIO.....	601:033\$	537:994\$	748:462\$	736:1334\$	707:395\$	1.025:155\$

Fontes: Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte (1842-1857).

Destaque-se o grande salto observado em valores importados no último exercício financeiro, quando os alimentos escasseiam e tornam-se mais caros. Ao passo que as exportações de açúcar e algodão alcançam o auge, ou seja, não sofrem grandes efeitos negativos da mortandade sobre a qual se já tratou. A epidemia de Cólera, assim, serviu como o catalizador de um fenômeno interessante para a economia local, ao escassear a mão de obra e exigir a segregação ainda maior no emprego dos braços em atividades de maior valor agregado, mais lucrativas: os crescentes preços de exportação de açúcar e algodão (e a sua propícia produção) incentivavam os agricultores locais a preterir das lavouras de subsistência e comércio local para enfocar nesses outros gêneros, tendo o açúcar a preferência até 1862, momento em que é rápida e exponencialmente substituído pelo algodão, cujos preços mais do que dobram e assim permanecem por todo o decênio dos anos 1860. Isso contribuiu para carestia dos alimentos que se abatera sobre todo o Império contemporaneamente.

Sobre as ascendentes exportações na Alfândega da Parahyba do Norte, no exercício de 1855-1856, o valor total das mercadorias despachadas no porto da Capital somou 2.394:044\$797 (Parahyba do Norte, 1856) — quase mil contos de incremento em relação ao ano próximo passado —, composto por 1.338:887\$917 rs [256.494 arrobas, a preço médio de 5\$219]³¹ das receitas do algodão, e 920:104\$500 rs [482.000 arrobas, a preço médio de 1\$919] com a venda do açúcar mascavo. Assim, houve aumento expressivo na produção de ambos algodão e açúcar, conforme ressaltado, no período de um ano (30% e 58%), ao passo que os preços do primeiro mantiveram-se quase estáveis (+0,71%) e do segundo, subiram à proporção mais relevante (+27,68%), justificando sua maior participação na balança comercial provincial. À revelia da epidemia, no primeiro ano de sua afetação, a economia (mercantil) parahybana parecia envigorada.

A partir do exercício de 1856-1857, quando a afetação mais gravosa pelo Cólera já está superada, observa-se um cenário econômico interessante. Mesmo com gravosos efeitos sociais do começo do ano, a epidemia não repercute negativamente na economia provincial, apenas influencia com mais clareza na alteração tanto da lógica produtiva quanto do emprego de mão de obra nas lavouras. No primeiro caso, tem-se o fato de que o açúcar sempre fora o gênero agrícola mais tradicional da produção local, sendo destaque na pauta de exportações desde o princípio da civilização brasileira, a 1500. Não obstante, em se tratando do século XIX, os preços do açúcar no mercado internacional estagnaram, desincentivando a sua

³¹ Os preços médios dizem respeito àqueles praticados na Província de Parahyba do Norte, ou seja, aos produtos que eram ali produzidos para exportação.

expansão produtiva entre os agricultores parahybanos; o algodão, paulatinamente, foi ocupando lugar de destaque na pauta de exportações provinciais, também por seu fácil manuseio e pouca demanda por tecnologia. Essa tendência começa a alterar-se, coincidentemente, no mesmo ano em que o Cólera aparece na Província, contrabalanceando a mortandade de escravos e de homens livres, além de toda a desorganização administrativa inicial causada pelo mal. Em verdade, a produção açucareira vai atingir níveis recordes entre 1856 e 1863, bem como a de algodão.

Neste exercício financeiro, a Província vai registrar o maior valor nominal de exportações de sua história até aquele momento, marco que só viria a ser ultrapassado, ironicamente, em 1862, quando da segunda epidemia de Cólera. Passaram pela Alfândega Rs. 3.624:495\$477, entre todos os gêneros de produção local. O açúcar apresentou um considerável aumento de preço médio, 2\$576 rs., havendo sido exportadas 574.785 arrobas do produto, quase cem mil a mais que no período anterior, totalizando Rs. 1.480:646\$160 nominalmente. No caso do algodão, este protagoniza também produtividade mais alta já apurada, de 289.593 arrobas, vendidas pela média de 6\$372 rs., preço com tendência de elevação, e somando, em volume transacional, Rs. 1.845:286\$596.

O incremento na exportação de produtos agrícolas, geminado à ascendência da pecuária, na Província, refletia nos balanços financeiros que se observavam. No exercício de 1856-1857, apurou-se um receita bruta de Rs. 360:921\$285, para uma despesa de Rs. 280:229\$039. Esses números, ainda que pareçam positivos, trazem inexatidões do sistema contábil da época e situações não recorrentes, mas, quando discriminadas as fontes de receita, permitem a compreensão da importância dos direitos de exportação e dos dízimos do gado para as contas provinciais. As tabelas são o expediente através do qual melhor se podem explicitar as informações quantitativas a esse respeito, razão pela qual não se vai detalhar cada um dos exercícios financeiros e suas estatísticas específicas, posto que pouco produtivo.

Em primeiro lugar, observem-se os números relativos à exportação total processada na Alfândega da Província por exercício financeiro, juntamente com a discriminação daqueles referentes à venda de açúcar e algodão. Destaque-se o fato de que, desse valor nominal global, cabiam direitos de exportação, relativos a cada produto, variáveis aos cofres provinciais. A cada Lei Orçamental aprovada, em geral, as alíquotas *ad valorem* de algodão e açúcar, especialmente, alteravam-se, figurando de um patamar máximo de 5% até o mínimo de 3%. Logo, quanto maior o fluxo comercial apurado, maior também a influência dessa rubrica de receitas para o balanço financeiro local. Principiando por esse tipo de dado contábil, a tabela devinda (Tabela 06) sintetiza-o e evidencia a tese sobre a reorganização econômica da Parahyba do Norte desenvolvida a partir de 1856:

Tabela 06 — Comparativo entre os valores nominais, em Réis, exportados pela Parahyba do Norte, entre os exercícios de 1854-1855 e 1862-1863, incluindo os referentes apenas ao algodão e ao açúcar.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO	EXPORTAÇÕES TOTAIS	EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR
1854-1855.....	1.019:118\$030	1.610:542\$643	458:538\$246
1855-1856.....	1.338:626\$529	2.394:044\$797	905:768\$000
1856-1857.....	1.845:286\$596	3.624:495\$477	1.480:646\$160
1857-1858.....	1.458:024\$225	3.139:734\$000	1.414:375\$470
1858-1859.....	1.193:305\$942	2.897:876\$000	1.630:552\$850
1859-1860.....	1.654:144\$562	3.385:884\$000	1.654:368\$870
1860-1861.....	1.273:182\$914	2.030:760\$061	738:263\$468
1861-1862.....	1.791:186\$000	2.969:741\$000	1.123:470\$585

1862-1863.....	3.021:014\$737	3.897:935\$000	820:617\$210
VARIAÇÃO.....	+196,43%	+142,02%	+78,96

Fontes: Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte (1855-1865) e dos Ministros de Estado da Fazenda (1858-1865).

De acordo com os dados apresentados na Tabela, tem-se a dimensão da importância do algodão e do açúcar na pauta exportadora da Parahyba do Norte, que não arrefece em razão da situação de emergência sanitária, em verdade, pronuncia-se ainda mais. Os restantes produtos, nomeadamente couros, são absolutamente insignificantes, representam meros ruídos estatísticos. Também se pode identificar como a produção açucareira, a partir de 1856 — quando a moléstia se faz sentir com maior intensidade na Província, impulsionando a produção local, pelas razões já discutidas — acentua-se, chegando mesmo ao ultrapassar a algodoeira (que não arrefece, por sua vez) em dois períodos, em vistas dos já referenciados incrementos de preço. Porém, será de pouca duração esse processo, e o algodão vai passar a ocupar, já em 1862, a liderança absoluta e distante enquanto principal gênero de exportação parahybano, de onde não haverá de sair, no mínimo, antes da terceira década do século seguinte. Da mesma forma, nesta quase década estudada, as exportações apresentam tendência de ascensão constante, quase triplicando entre o primeiro e o último exercícios; o algodão, percentualmente, cresce mais do que as exportações totais; já o açúcar tem incremento mais modesto. Ou seja, a Cólera, enquanto um fenômeno de potencial danoso à economia e às finanças públicas, mostra-se como o oposto. A seguir, apresenta-se a tabela (Tabela 06-A) com o percentual representado por aqueles dois gêneros agrícolas em meio ao total comerciado pela Província, a fim de que possa o leitor dimensionar mais efetivamente a estatística:

Tabela 06-A — Demonstrativo da composição percentual das exportações da Parahyba do Norte, destacados os algodão e açúcar (1854-1855 a 1862-1863).

EXERCÍCIO FINANCEIRO	EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO (% do total)	EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR (% do total)	DEMAIS EXPORTAÇÕES (% do total)
1854-1855.....	63,28	28,47	8,25
1855-1856.....	55,91	37,83	6,26
1856-1857.....	50,91	40,85	8,24
1857-1858.....	46,44	45,05	8,51
1858-1859.....	41,18	56,27	2,55
1859-1860.....	48,85	48,86	2,29
1860-1861.....	62,69	36,35	0,96
1861-1862.....	60,31	37,83	1,86
1862-1863.....	77,50	21,05	1,45
VARIAÇÃO.....	+22,47%	-26,06%	-82,42%

Fontes: Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte (1855-1865) e dos Ministros de Estado da Fazenda (1858-1865).

Como se já explicou, a oscilação de preços no mercado internacional era a razão determinante dos ímpetus de produção ou de redução dos mesmos. A justificativa para que se deixasse de lado a lavoura de subsistência deve-se, especificadamente, a tal movimento relacionado ao açúcar e, em certa medida, ao algodão, somado, naturalmente, a aspectos de natureza material e de conjuntura econômica. Na tabela próxima (Tabela 07), constam os volumes de açúcar e algodão produzidos e exportados pela Província no intervalo de tempo relevante, em arrobas, seguido do preço médio, em Réis, praticado para cada gênero. Perceba-se que, após o exercício de 1855-1856, auge da epidemia, o açúcar exportado vai alcançar

patamares recordes e preços mais ou menos estáveis (em seguida ao ápice de 1856-1857). Esses dados consubstanciam a tese de que o *Cholera morbus* não impôs detrimento à produtividade da Província, ainda que tenha ocasionado mortandade de mão de obra e desorganização administrativa, mas, em verdade, somado a questões de valorização internacional do açúcar e do algodão, progressivamente, criou uma oportunidade de reajuste do modelo econômico vigente: aproveitamento máximo dos escravos nas lavouras e engenhos açucareiros (depois, algodoeiros), onde observar-se-á salto produtivo, e abandono dos produtos de subsistência, à exceção da pecuária bovina, que vai ter um novo impulso, demonstrado na apuração dos dízimos.

Tabela 07 — Demonstrativo dos volumes (em @) produzidos e exportados de açúcar e algodão, na Parahyba do Norte, juntamente com os respectivos preços médios (em Réis) praticados.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	AÇÚCAR		ALGODÃO	
	PRODUÇÃO	PREÇO MÉDIO	PRODUÇÃO	PREÇO MÉDIO
1854-1855.....	305.082 @	1\$503 rs	196.665 @	5\$182 rs
1855-1856.....	482.000 @	1\$919 rs	256.491 @	5\$219 rs
1856-1857.....	574.785 @	2\$576 rs	289.593 @	6\$372 rs
1857-1858.....	679.335 @	2\$082 rs	188.741 @	7\$725 rs
1858-1859.....	800.075 @	2\$038 rs	156.151 @	7\$642 rs
1859-1860.....	833.918 @	1\$965 rs	221.557 @	7\$466 rs
1860-1861.....	405.194 @	1\$822 rs	178.267 @	7\$142 rs
1861-1862.....	742.545 @	1\$513 rs	183.900 @	9\$740 rs
1862-1863.....	620.270 @	1\$323 rs	201.899 @	14\$963 rs
Diferença.....	+103,31%	-12%	+2,66%	+188,75

Fontes: Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte (1855-1865) e dos Ministros de Estado da Fazenda (1858-1865).

As estatísticas ficam prejudicadas, em certa medida, porque o espaço temporal considera apenas o início da grande valorização do algodão, quando o seu valor agregado mais do que triplica em relação ao exercício inicial e a produção ainda não consegue acompanhar o fenômeno. Essa tendência de acentuada inflação manter-se-á nos anos seguintes, como foi referenciado anteriormente, mas não diz respeito à problemática de estudo deste trabalho, razão pela qual haverá de ser preterida enquanto objeto analítico. Percebe-se, ademais, que os preços médios do açúcar vão incrementar consideravelmente a partir de 1856 e a produção das lavouras acompanha-os. Porém, já no ano seguinte, retorna-se à normalidade e os valores diminuem a ponto de finalizarem o intervalo temporal considerado 12% abaixo do inicialmente observado.

Para concluir essa parcela da discussão, faz-se necessário somente apresentar a estatística da efetiva arrecadação da Província com todo esse crescente movimento alfandegário. Os direitos da exportação eram a fonte de receita principal da Parahyba do Norte, o que evidenciava a sua aptidão agroexportadora. Segue a Tabela 08 que demonstra a apuração desse encargo pelo Tesouro Provincial e a sua consequente participação no total de receitas incorporadas ao balanço financeiro anual. Destaquem-se duas estatísticas: primeiramente, como, no exercício de 1855-1856, auge da epidemia de Cólera, os direitos de exportação atingem mais de 51% de todo o arrecadado pela Província, confirmando o fenômeno de aumento de produtividade (pelas razões já expostas) em meio a um evento de

curta duração; em segundo lugar, a ascensão progressiva dessa renda, que vai alcançar valores recordes a partir de 1865, fora do recorte de tempo estudado, mas cujos indícios já se fazem claros. Observe-se:

Tabela 08 — Demonstrativo da participação dos direitos de exportação na composição total das rendas provinciais, com os valores nominais e percentuais, entre 1854-1855 e 1862-1863.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	DIREITOS DE EXPORTAÇÃO	RECEITAS TOTAIS ³²	PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO
1854-1855.....	80:527\$131	271:234\$435	26,69
1855-1856.....	106:732\$764	307:314\$556	51,48
1856-1857.....	119:808\$639	360:921\$285	30,07
1857-1858.....	163:107\$122	520:450\$897	31,34
1858-1859.....	113:741\$827	427:675\$616	26,59
1859-1860.....	148:115\$124	361:654\$631	40,95
1860-1861.....	117:213\$335	320:143\$264	36,71
1861-1862.....	127:692\$828	391:706\$412	32,60
1862-1863.....	197:099\$282	405:213\$517	48,64
Diferença.....	+144,76%	+49,40%	+82,24%

Fontes: Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte (1855-1865) e dos Ministros de Estado da Fazenda (1858-1865).

Além das exportações, propicia ao analista uma compreensão das organizações econômica e financeira da Província a consideração sobre uma outra fonte de receitas importante para o seu balanço fiscal, em verdade, a segunda maior rubrica: os dízimos sobre os gados vacum e cavalari, ou seja, os dez por cento sobre o valor de cada rês em território provincial, arrematado anualmente. Analisando os valores cobrados a cada ano, é possível identificar-se a produtividade das fazendas de criação e a dimensão do rebanho na Província, pois que o referido dízimo não se refere apenas ao gado vacum de abate, mas à totalidade do que era mantido no território da Parahyba. Havia, também, o imposto sobre o gado de consumo (aquele abatido para a produção da carne), outrora pertencente à Fazenda Geral, até o ano de 1835. A Assembleia Provincial estabeleceu, a 1836, cobrança de um valor fixo de 2\$000 réis por cabeça de gado abatido arrematada para comercialização e consumo públicos. Era um importante indicador da produção de carne na Parahyba do Norte, consumida internamente, em um contexto de carestia generalizada e da necessidade de importação de alimentos.

A tabela a seguir (Tabela 09) apresenta os valores arrematados de ambos esses impostos, entre 1854 e 1861. Note-se que a contagem de tempo não é por exercício financeiro, mas por ano civil, porque assim eram coletados esses encargos:

Tabela 09 — Valores auferidos dos dois principais impostos (renda interior) componentes da arrecadação da Parahyba do Norte, no decurso dos anos 1854 a 1861.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	DÍZIMO SOBRE OS GADOS	2\$000 RÉIS POR GADO ABATIDO
----------------------	-----------------------	------------------------------

³² Pelas dificuldades de se extraírem as receitas líquidas, ou seja, efetivas dos exercícios financeiros (ou dos anos civis, de acordo com a disponibilidade de informações), foram consideradas as receitas totais, as quais incluem pagamentos da dívida ativa, movimento de fundos, saldos dos períodos anteriores, suplementações ao Tesouro Provincial e outras. Uma vez que a maior parte das informações relativas às receitas contempla as receitas totais, sem descontos alguns, mesmo para aqueles anos em que o valor líquido da arrecadação estava disponível, preferiu-se considerar, de mesma forma, o valor bruto de receitas. É bem possível que a relevância dos direitos de exportação seja, portanto, subestimada na composição financeira da Parahyba do Norte.

1854.....	14:268\$030	26:197\$000
1855.....	32:932\$000	27:543\$000
1856.....	44:838\$200	32:958\$000
1857.....	52:274\$100	35:435\$000
1858.....	64:203\$100	30:713\$000
1859.....	53:346\$000
1860.....	61:653\$000	24:671\$000
1861.....	34:711\$600
Variação.....	+143,28%

Fonte: Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Parahyba no Norte (1855-1865).

As variações intensas que se observam especialmente quanto ao dízimo dos gados não reside nem tanto no fato de a produção alterar-se tão abruptamente, mas nas dificuldades de arrematação dessas receitas. O importante, não obstante, é compreender que a produtividade desse setor da economia local cresce exponencialmente, figurando sempre acima de trinta e dois contos de réis após 1854. Foi difícil refazer as estatísticas desse ramo de receitas após 1861, razão pela qual, nesse momento, não é possível fazerem-se afirmações sobre as suas tendências após o íterim temporal da pesquisa. A arrecadação com o abate do gado mantinha-se estável, o que permite inferir que a produção de carnes mantém-se igualmente constante no decurso dos anos, como também o faz a demanda, porque as quantidades importadas de carne, como se demonstrou nas tabelas de número 03, reduziram-se. Num cálculo simples, ainda que imperfeito devido à qualidade dos dados de que se dispõe, pode-se recontar os rebanhos de gados vacum e cavalari da Província, além da quantidade de reses que se abatiam por ano e a tabela seguinte (Tabela 09-A) serve a este propósito. Ressalte-se o fato de que o acentuado decréscimo de 1861, quanto aos rebanhos, justifica-se muito mais pela dificuldade de arrematação do imposto do que pela inexistência dos animais. Logo, que se considerem as informações dessa tabela somente para o ter-se uma dimensão da pecuária local em termos numéricos, menos abstratos.

Tabela 09-A — Rebanhos de gados vacum e cavalari na Parahyba do Norte e quantidade de reses bovinas abatidas, em número de indivíduos, entre 1854 e 1861.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	GADO VACUM E CAVALAR	RESES ABATIDAS
1854.....	1.426.803	13.098
1855.....	3.293.200	13.771
1856.....	4.483.820	16.479
1857.....	5.227.410	17.717
1858.....	6.420.310	15.356
1859.....	5.334.600
1860.....	6.165.300	12.335
1861.....	3.471.160

Fonte: Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Parahyba no Norte (1855-1865).

Entre 1854 até a afetação da epidemia de Cólera inicial, 1856, o rebanho cresce consideravelmente, o que evidencia o processo de expansão da pecuária posto em marcha, também, devido a esse fenômeno sanitário, em simultâneo ao incremento de produtividade nas lavouras canavieira e algodoeira. Foi, portanto, um acontecimento complementar, consequência da doença: ascendiam as exportações agrícolas, expandia-se a pecuária na Província, não refletida no aumento de consumo de carne. Logo, pode-se supor que o gado era utilizado nas atividades produtivas e exportadoras, bem como no traslado das mercadorias entre as paragens do interior e o porto da Capital. Um estudo mais detalhado seria necessário

para que tal se afirmasse categoricamente, com a clareza quantitativa necessária, porém os dados de que se já dispõe apontam para essa realidade.

À guisa de conclusão, demonstrou-se, por intermédio das estatísticas, como se organizava a Parahyba do Norte econômica e financeiramente nos períodos de afetações pelo Cólera, entre 1856 e 1862, para que se pudesse identificar os efeitos desses fenômenos sobre a Província. Notou-se, é bem verdade, que as consequências da moléstia relacionaram-se não a uma crise econômico-financeira, conforme se poderia supor inicialmente, mas na alteração da lógica produtiva entre os agricultores locais, os quais, amparados pela progressiva valorização dos gêneros de exportação, açúcar inicialmente e, em seguida, exponencialmente, o algodão, além do encarecimento da mão de obra escrava, escasseada pela mortandade ocasionada pelas infecções, passaram a expandir as lavouras monocultoras exportadoras em detrimento da produção de alimentos. Apenas a carne figurou enquanto alimento de produção estável.

4.0. OS ANOS DE CARESTIA: CONTEXTO GERAL

A partir de 1855, ainda um pouco antes da afetação pelo Cólera na Parahyba do Norte, constatou-se no Império brasileiro um progressivo aumento nos preços dos produtos básicos de consumo da população, e a muitas causas essa carestia era atribuída, mas as soluções propostas mantinham uma mesma ideia central: a política tarifária. Não foi por mero acaso que se procedeu a uma reforma na Tarifa de importação em 1857, desonerando especialmente os alimentos das elevadas taxas incidentes sobre o seu consumo. Não sendo objetivo do trabalho discutir as causas efetivas desse processo inflacionário, pois que também variavam a depender da localidade onde incidia, serão tecidas considerações gerais sobre esse fenômeno, a destacar-se sua manifestação na Província de interesse.

Antes de se fazerem presentes as causas extraordinárias da carestia de alimentos, ou seja, a epidemia, alguns fatores internos na Parahyba do Norte influíam autonomamente para que a pressão inflacionária ocorresse, que se já discutiram anteriormente. Em primeiro lugar, está a capacidade produtiva das lavouras na Província, as quais dependiam mormente do trabalho escravo ou dos pequenos agricultores livres, cujas técnicas de cultura e colheita, demasiado rústicas, exauriam os solos sem explorar-lhe todo o potencial. Outra omnipresente razão para os altos preços dos gêneros agrícolas no geral diz respeito à má qualidade e parca dispersão das linhas de comunicação entre os centros produtores do interior (onde estavam localizados os extensivos rebanhos de gado vacum e as lavouras de algodão) e a Capital, polo de consumo e exportação³³. Padecendo de carência aguda de infraestrutura apropriada, e dependente do sector primário para sua subsistência econômica, onde a produção era negativamente afetada pelo atraso tecnológico e pela ausência de capital financeiro para melhoramentos, a Parahyba do Norte protagonizava, na segunda metade dos anos 1850, um estado de apatia que, para seu benefício, e ironicamente, foi compensado pela valorização dos produtos agrícolas nos mercados nacional e internacional e pelo efeito reorganizador do *Cholera morbus*.

Considerando a componente mão de obra, o preço dos escravos aumentara de forma incontrolada³⁴ e a disponibilidade dos mesmos diminuía consideravelmente com o fim do comércio atlântico e com a mortandade causada pela gravosa moléstia. Processou-se um

³³ É este fator também recorrentemente elencado pelos Presidentes da Parahyba do Norte como uma das razões para o atraso econômico da Província, sendo unanimidade atualmente tal concepção. A respeito dos negativos efeitos duma deficiente infraestrutura de transportes sobre o setor agrícola, em estudo aplicado para a economia contemporânea brasileira, mas cujas constatações podem ser estendidas por analogia ao período da presente pesquisa, César Nunes de Castro (2017) afirma (p.249): «na ocorrência de um sistema logístico de transporte ineficiente, observa-se que, nos setores econômicos produtivos, as ineficiências agregam custos, aumentando o preço final do produto a ser comercializado» e «a ineficiência gera uma baixa competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo e, conseqüentemente, há uma menor geração de divisas».

³⁴ Demonstra Buescu (1971, p.245) um crescimento de preços, entre 1845 e 1855, de 155,6%.

fenômeno de êxodo dos africanos escravizados em direção às Províncias a sudeste do Império, para trabalharem nas vicejantes lavouras de café. Somado a isso, em vista da valorização do açúcar nos mercados internacionais, dedicaram-se os produtores agrícolas e os braços remanescentes no Norte à mais intensiva produção desse gênero, pois que os lucros eram agora ainda maiores. A fim de intentar conservar a mão de obra africana em seu território, buscou-se um expediente tributário: trata-se do imposto sobre a venda dos escravos para fora da Província. De acordo com os dados disponíveis da Tesouraria Provincial, a primeira cobrança de tal valor deu-se ainda em 1840, quando incidiam 10\$000 réis por escravo despachado para além das fronteiras parahybanas sem o senhor (ou seja, não necessariamente o escravo vendido), estendendo-se apenas até 1842. Somente em 1846 voltou-se a incidir uma taxa sobre os escravos emigrados, de 5\$000 réis. Foi, afinal, em 1850 que a Lei Provincial nº 21, de 08 de julho, estabeleceu a nova imposição: os 100\$000 (cem mil réis) que passariam a vigorar daquele ano em diante para cada escravo despachado ou vendido para outro território que não o da Parahyba do Norte. A tabela abaixo (Tabela 10) apresenta a evolução desse rendimento, evidenciando o êxodo de escravos para outras Províncias, marcadamente a partir de 1855, mas que se reduz consideravelmente até o princípio dos anos 1860. Somando-se esse fenômeno com a mortandade do ano seguinte, havia uma progressiva alteração na lógica econômica na Parahyba do Norte, sobre o que se já tratou:

Tabela 10 — Evolução da arrecadação do imposto sobre os escravos despachados ou vendidos para fora da Parahyba do Norte, incluindo o número de indivíduos, entre 1854 e 1861.

ANO CIVIL	RENDIMENTO NOMINAL (RÉIS)	INDIVÍDUOS DESPACHADOS
1854.....	1:900\$000	19
1855.....	4:600\$000	46
1856.....	4:000\$000	40
1857.....	1:100\$000	11
1858.....	5:340\$565	53
1859.....	700\$000	07
1860.....
1861.....	400\$000	04

Fonte: Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Parahyba no Norte (1855-1865).

Para além das localidades onde o açúcar era largamente produzido e exportado (no Norte do Império), esses fatores não foram determinantes para a carestia, mas vieram a agravar essa crise inflacionária nas demais Províncias.

Entre as Províncias criadoras de gado, percebia-se que a produção da carne não diminuía consideravelmente no período de 1855-1857, o que se já comprovou na Parahyba do Norte, ao contrário, apresentava-se em tendência de elevação. O decréscimo da disponibilidade de alimentos variava entre as localidades, além disso³⁵. A questão principal,

³⁵ Na **Província do Maranhão**, por exemplo, comissão encarregada de buscar as causas da carestia constata que não houve redução na produção dos alimentos principais para a população (peixe, arroz, farinha, carnes seca e fresca e milho). Não obstante, identificaram-se os seguintes aumentos em seus preços: entre 1855 e 1856, milho (+84%), carne seca (+41), farinha (+57%) e arroz (+105%); entre 1856 e 1857: +33%, +54%, +55% e +160%, respectivamente.

No **Ceará**, os principais produtos de consumo básico eram carne de gado, peixe, farinha de mandioca, milho, arroz e feijão. A produção do gado era crescente, a julgar pelos dízimos coletados [entre 1855 e 1856 subiu 27,15%], mas ao contrário do que geralmente observava-se, e enquanto especificidade da Província, afetada pelo Cólera, foi produzido menos dos demais alimentos, e os preços tal refletiam; entre 1856 e 1857,

no entanto, dizia respeito ao seguinte processo, no Império: estando os preços dos produtos exportados pelo Brasil em alta (como da maioria das mercadorias de consumo ou exportação), a guinada inflacionária era natural, pois que maior capital nas mãos dos produtores — aliado a uma política extensiva de crédito na altura e à depreciação cambial — expandiu e propiciou novas atividades produtivas (café, borracha, cera), conseqüentemente pressionando os salários dos trabalhadores nos centros urbanos e da mão de obra livre rural para altas expressivas, o que favorecia uma subida de preços desde das matérias primas aos produtos manufaturados, ainda que a produção daquelas e destes continuasse a crescer ou estável, e o consumo mantivesse-se equilibrado³⁶.

A epidemia de *Cholera morbus*, enfim, teve influência sobre a situação de carestia. Com a morte dos escravos, que eram a parcela da população mais suscetível e frágil ao contágio da moléstia, a mão de obra escasseava-se por mais um vetor, desta feita, natural. Complementarmente, o transporte e distribuição de mercadorias várias eram afetados pelo medo e pela desorganização que se observam nos centros urbanos, inclusivamente na Parahyba do Norte, cujos efeitos sobre os preços e disponibilidade de alimentos eram minorados pela ação governamental, ainda que fosse esta insuficiente. No entanto, vale destacar que a epidemia foi bem menos negativa do que se poderia supor, apesar da grande tragédia humana, sendo um impulsionador de mudanças mais do que um desastre econômico.

Recontar a história dos preços na Província, que servem muito bem para dimensionar as conseqüências de um fenômeno de saúde pública sobre a população, é difícil, porque faltam fontes que possam ser serializadas e delas extraídas a evolução conseqüente do valor praticado dos produtos de consumo cotidiano da população. Não obstante, foi possível encontrar, no periódico *O Governista Parahybano*, uma tabela na qual constava a relação de suprimentos distribuídos aos empregados do Ministério da Marinha residentes na Parahyba do Norte, referente ao ano de 1850. Esses números serão referência para a comparação entre os preços — daquilo que se vendia na Capital provincial — dos mesmos produtos, já no ano de 1863, sem o desconto da inflação geral, mas constando, em tabela subsequente, o câmbio médio do Rs. 1\$000 em relação à Libra Esterlina, para que o leitor possa melhor dimensionar a evolução de preços e a valorização da moeda nacional. Uma vez mais, trata-se de um esforço por auxiliar no dimensionamento das estatísticas, portanto, é necessário cautela na leitura dessas informações. Assim, apresenta-se a Tabela 11:

subiram a farinha [4\$780 para 6\$000 por alqueire (+25,52%)], o milho [2\$725 para 6\$000 por alqueire (+120,18%)], feijão [6\$450 para 8\$000 por alqueire (+24%)] e arroz [2\$970 para 5\$000 por alqueire (+68,35%)].

A população da **Província de Sergipe** tinha como base de sua alimentação, similarmente às demais, a farinha de mandioca, milho, carne, feijão e arroz. O aumento de preço dos referidos produtos tinha como causa uma relevante redução de produção (atribuída a pouca mão de obra disponível, que era empregada em atividades de exportação), acompanhada de um crescente consumo, ressaltando o Presidente que não havia monopólios na comercialização desses, nem se poderia atribuir a carestia a depreciações no câmbio. Os valores praticados na província, comparados entre 1850 e 1857, são os seguintes: farinha [1\$440 e 5\$000 por alqueire (+ 247,22%)], milho [1\$280 e 8\$000 por alqueire (+525%)], carne verde [3\$840 e 6\$400 (+66,67%) por arroba], feijão [2\$000 e 12\$000 (+500%) por alqueire] e arroz [506 e \$200 por libra (+233,33%)].

No **Rio Grande do Norte**, os efeitos da carestia também se fizeram sentir. A população consumia no cotidiano carne de gado, peixe, farinha de mandioca, milho e feijão. A causa principal do aumento de preços desses produtos, segundo o Presidente da Província, devia-se ao fato dos agricultores dedicarem quase que exclusivamente ao plantio de cana, aproveitando o aumento de preços do açúcar no mercado internacional.

Todas as informações apresentadas a seguir foram adaptadas do Relatório do Império, referente ao ano de 1857, publicado em 1858.

³⁶ Para informações mais específicas sobre a carestia do segundo lustro dos anos 1850, ver Vittorino (2009), que apresenta como tese principal para a referida carestia os monopólios na produção e distribuição de alimentos. No trabalho presente, consideraram-se as especificidades das províncias estudadas, vizinhas da Parahyba, pois que a intenção é meramente analisar a manifestação da crise nesta última, sob o ponto de vista da epidemia de Cólera, ademais.

Tabela 11 — Comparativo entre os preços de gêneros alimentícios comerciados na Capital, nos anos de 1850 e 1863.

PRODUTO	MÉTRICA (Francesa)	PREÇO EM 1850 (em Réis)	PREÇO EM 1863 (em Réis)	VARIAÇÃO (%)
Açúcar.....	Quilogramas	\$176	\$82	-53,41
Arroz.....	Quilogramas	\$176	\$437	+148,29
Aguardente.....	Litro	\$90	\$188	+108,88
Farinha.....	Quilogramas	\$123	\$350	+184,55
Milho.....	Quilogramas	\$88	\$262	+197,72

Fontes: O Publicador (1850) e o Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1864.

O encarecimento dos produtos é, também, intensificado porque houve (pequena) valorização do 1\$000 réis no mesmo período, cabendo a ressalva de que é necessário considerar a média do câmbio em 1850 e em 1863 para apurar o desconto inflacionário. Não se realizou aqui esse esforço, posto que as estatísticas apresentadas são devida limitadas, para apenas dois anos. Se a série de fontes maior fosse, o interesse e a utilidade desse método quantitativo justificar-se-ia. A sintética Tabela 12 traz as informações cambiais, no Brasil, para o período:

Tabela 12 — Demonstrativo da moeda lastreada em circulação no Império do Brasil, incluindo o câmbio médio anual (1\$000 Réis por libra) e os extremos observados no decurso dos exercícios financeiros declarados de 1849-1850, 1850-1851, 1862-1863 e 1863-1864.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	MOEDA EM CIRCULAÇÃO	RÉIS POR LIBRA (MÉDIA ANUAL)	EXTREMOS DO CÂMBIO
1849-1850.....	46.884:061\$000 rs	9\$275 rs	26 ³ / ₄ a 28 d
1850-1851.....	46.684:317\$000 rs	8\$348 rs	27 ¹ / ₂ a 30 ¹ / ₂ d
1862-1863.....	81.723:240\$000 rs	9\$121 rs	26 ⁵ / ₈ a 27 ⁷ / ₈ d
1863-1864.....	99.543:755\$000 rs	8\$807 rs	25 ³ / ₄ a 27 ³ / ₄ d

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda (1855-1865).

O Presidente de Sergipe, a título de exemplo, Doutor João Dabney Brotero³⁷, explica como a epidemia transformara o cenário econômico em sua Província:

A grande epidemia do cholera-morbus em 1855 operou de modo fatal. A peste exterminou grande *numero* de cultivadores livres, e dizimando a escravatura precipitou a marcha que *ella* já leva para concentrar-se nas plantações de *cannas* e fabrico do *assúcar*. As cidades, vilas e povoados da *provincia* perderão considerável número de habitantes: algumas *ficarão* como que despovoadas. Este *vacuo* produzido pela peste nos povoados foi *prontamente substituido* por *familias* inteiras de cultivadores, que *emigrarão* dos seus *sítios* para os povoados, por ser ali a vida mais *commoda* e *agradavel*; e *forão* outros tantos agricultores que se *desviarão* de sua profissão, e *passarão* a viver das pequenas *industrias* e *commercios* das cidades e povoados (Brasil, 1859: 356).

Uma das principais causas do aumento de preços de alimentos nas Províncias do Norte, assim, dizia respeito à valorização do açúcar no mercado internacional e ao encarecimento/escassez do trabalho africano, e na Parahyba do Norte o mesmo se observava.

³⁷ João Dabney de Avelar Brotero (1826-1859) foi um político carioca que atuou como Deputado Geral pela Província de São Paulo (1856) e Presidente da de Sergipe (1857-1859).

Tornando-se mais rentável produzir o açúcar, cujo cultivo era relativamente barato e de fácil execução, nos latifúndios do litoral, dedicaram-se as terras extensivamente à plantação de cana, sendo secundarizada a produção de alimentos para subsistência, apesar de esse fenômeno de preços atrativos provar-se efêmero, conforme demonstram as estatísticas. Sumarizando o trágico contexto, o Presidente da Província, Doutor Henrique de Beaurepaire-Rohan³⁸, em 1858, comenta em seu relatório aos egrégios membros da Assembleia Provincial:

O alto preço a que chegou o anno passado o *assucar atrahio* para esse *genero* de cultura a maior parte dos braços, que, até então, se *occupavão* exclusivamente da cultura das plantas *alimenticias* de primeira necessidade.

[...] Quando a falta e carestia dos *generos* de primeira necessidade resulta de *phenomenos* puramente *meteoricos*, como aqui aconteceu na *memoravel secca* de 1845, é certamente digna de *commiseração* a sorte da população; mas outro é o sentimento que se apodera de nós, quando vemos que tem a sua origem em interesses mal calculados, que *revelão* a falta absoluta de *quaesquer* noções económicas (Parahyba do Norte, 1859: 9).

Com a afetação pelo Cólera, a situação tornou-se, então, ainda mais negativa para a subsistência da população parahybana, pois que os restantes da mão de obra e das lavouras afastavam-se do plantio de mandioca, feijão e milho, que eram a base da nutrição da população local, por literal terror da grave moléstia, cuja infecção significava quase sempre a morte. À doença juntou-se a imprudência e a busca por aproveitar a ascensão de preços dos gêneros de exportação, por parte dos produtores, influenciando, a priori, na carestia e, a posteriori, numa nova organização econômica para a Parahyba do Norte.

5.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste estudo sobre os efeitos sociais e econômicos da epidemia de Cólera na Província da Parahyba do Norte entre 1855 e 1863, é possível retomar a hipótese central: a ideia de que a epidemia traria efeitos profundamente negativos e devastadores para a economia da região. No entanto, à medida que a pesquisa avançou e os dados foram analisados, constatou-se que, embora os impactos sociais tenham sido devastadores, com milhares de mortes e perturbações significativas no cotidiano da Província, os efeitos econômicos não foram tão desastrosos quanto inicialmente esperado. A economia parahybana, ao contrário de colapsar, passou por um período de reestruturação e adaptação, especialmente em setores como o agronegócio, que encontrou maneiras de ajustar-se ao novo cenário.

Os resultados apurados mostram que, apesar da alta mortalidade registrada durante a epidemia, com especial ênfase nas populações mais vulneráveis, como os escravos, houve uma resiliência econômica significativa. O setor agrícola, especialmente a produção de açúcar e algodão, que já eram os pilares da economia local, conseguiu reconfigurar-se rapidamente. A escassez de mão de obra forçou os produtores a buscar soluções que incluíram o incremento da produtividade e a adaptação aos mercados internacionais, que demandavam esses produtos. O estudo quantitativo, baseado em fontes primárias como relatórios governamentais e dados de comércio exterior, indicou que a crise sanitária, em vez de destruir completamente o sistema produtivo da Província, foi responsável por acelerar mudanças estruturais que se revelaram benéficas a médio e longo prazo.

Um dos pontos centrais da análise foi o impacto na mão de obra, sobretudo na escrava. A perda significativa de vidas entre os trabalhadores escravizados representou um desafio

³⁸ Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan (1812-1894), Visconde de Beaurepaire-Rohan, foi Marechal do Exército Brasileiro, Ministro da Guerra (1864-1865), Presidente das Províncias do Pará, do Paraná e, entre 1857 e 1859, da Parahyba do Norte.

imediatamente para as grandes propriedades agrícolas, que dependiam fortemente dessa força de trabalho. Esse período também marcou um esforço das elites locais em modernizar práticas agrícolas e otimizar a produção, com o objetivo de minimizar a dependência de mão de obra intensiva. A epidemia, ao reduzir a força de trabalho disponível, expôs a vulnerabilidade do sistema escravista, mas, ao mesmo tempo, incentivou os produtores a repensarem seus métodos produtivos.

Outro ponto relevante observado foi a ação dos governos provincial e central. Embora as autoridades tenham inicialmente reagido de maneira lenta e, em muitos casos, ineficaz à epidemia, aos poucos foram implementadas medidas que visavam conter a disseminação da doença e reduzir seus impactos econômicos. Essas medidas incluíram melhorias na infraestrutura de saúde e salubridade públicas e na organização dos mercados locais, a fim de garantir que a produção agrícola pudesse continuar fluindo, mesmo em meio a uma crise sanitária. A coleta de dados mostrou que, apesar das limitações, houve um esforço claro de mitigar os efeitos gerais da doença, algo que colaborou para evitar um colapso total da economia provincial.

Nos anos seguintes à epidemia, verificou-se uma recuperação gradual e, em alguns casos, até um crescimento acelerado de certos setores produtivos. A adaptação à nova realidade sanitária e social permitiu que a Província ajustasse seu modelo econômico, tornando-se mais competitiva no mercado internacional. O setor açucareiro, inicialmente, prosperou, impulsionado pela demanda externa e pelas reformas locais que buscavam aumentar a eficiência. Esse ponto ilustra a complexidade dos impactos da epidemia: ao mesmo tempo em que causou sofrimento humano incalculável, ela também forçou uma reestruturação econômica que trouxe benefícios no longo prazo.

Além disso, o estudo revelou que as medidas de saúde pública e a reação das autoridades não só moldaram a forma como a Província lidou com a epidemia, mas também tiveram um efeito de longo prazo sobre a maneira como crises sanitárias subsequentes seriam enfrentadas. Embora os recursos fossem limitados, houve um aprendizado institucional que permitiu à Parahyna do Norte lidar de forma mais eficiente com crises futuras. Esse legado, embora menos visível no curto prazo, teve implicações importantes para o desenvolvimento da política de saúde pública na região.

Em relação à metodologia, a abordagem quantitativa utilizada foi fundamental para entender o impacto econômico do Cólera na Província. A análise de documentos históricos, relatórios de comércio, e registros populacionais permitiu mapear com precisão o número de mortos, as regiões mais afetadas, e o comportamento dos setores econômicos durante e após a epidemia. A utilização de fontes primárias foi crucial para alcançar uma compreensão mais profunda do contexto econômico da Parahyba durante o período estudado, permitindo uma avaliação detalhada das transformações socioeconômicas que ocorreram em resposta à crise sanitária.

Portanto, a pesquisa confirmou que, embora a epidemia de Cólera tenha causado uma tragédia humana imensa, seus efeitos econômicos não foram tão devastadores quanto previsto. A resiliência e a capacidade de adaptação dos produtores locais, aliadas à intervenção governamental, contribuíram para que a economia não só sobrevivesse, mas também emergisse fortalecida em alguns aspectos. A hipótese inicial, de que a epidemia traria efeitos econômicos negativos profundos, foi parcialmente refutada, uma vez que os dados revelam que a crise sanitária abriu caminho para novas estratégias de crescimento.

Para futuras investigações, seria interessante explorar mais profundamente as dinâmicas sociais em torno da reação à epidemia, especialmente no que se refere à população mais pobre, e como as mudanças econômicas impactaram a vida cotidiana após as epidemias. Ainda há carência de um estudo sobre os preços cotidianos na Parahyba do Norte, os quais são uma métrica importante na compreensão do modo de vida das pessoas mais comuns,

Além disso, um estudo comparativo com outras regiões do Brasil que enfrentaram epidemias semelhantes poderia trazer insights adicionais sobre a resiliência econômica regional e o papel das crises sanitárias no reordenamento de sistemas produtivos.

BIBLIOGRAFIA

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Imperio do Brazil** desde a sua fundação, precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independência. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1860.

OUTRAS REFERÊNCIAS

BUESCU, Mircea. A inflação brasileira de 1850 a 1870: monetarismo e estruturalismo. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, 26(4):125-147, out./dez. 1972.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cólera**. [Brasília]: Ministério da Saúde, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/colera>. Acedido em: 23/10/2024.

CASTRO, César Nunes de. **O agronegócio e os desafios do financiamento da infraestrutura de transportes no Brasil**. Brasília: ipea, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

MAURO, Frédéric. **Da história seriada ou estatística à história frequencial ou estrutural: o caso do Brasil**. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 26(3), pp. 303-310, jul/set. 1972.

MARCZEWSKI, Jean. **Quantitative History**. *Journal of Contemporary History*, vol. 3, no. 2, 1968, pp. 179–191. JSTOR, www.jstor.org/stable/259782. Acesso em: 29 Abr. 2020.

MARIANO, S. R. C. MARIANO, N. R. C. **O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da paraíba (1850-1860)**.

MARIANO, S. R. C.; MARIANO, N. R. C. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Setembro/ Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2012 Vol. 9, Ano IX , nº 3.

RANKE, L. (2010). **A History of England: Principally in the Seventeenth Century (Cambridge Library Collection - British & Irish History, 17th & 18th Centuries)**. Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511695087.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. Brasília: Senado Federal- Conselho Editorial, 2005. 589 p.

VITTORINO, A. J. R. **Carestia em meio à fartura**: a fome como negócio no Brasil urbano nos anos 1850. Anais do VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas, Campinas, 2009.

Relatórios:

Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte (1853-1862).

Relatórios dos Ministros de Estado dos Negócios do Império (1853-1862).

Relatórios dos Ministros de Estado dos Negócios da Fazenda (1853-1862).

Periódicos:

O Publicador Parahybano (1850).

Coleção de Leis:

Coleção de Leis da Província da Parahyba do Norte (1853-1862).

Coleção de Leis do Império do Brasil (1853-1862).

Constituição:

BRASIL. **Constituição (1824)** Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>.